REDE DE BANCOS E FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

RELATÓRIO DE PROGRESSO GLOBAL

2024







Sobre a Rede de Bancos e Finanças Sustentáveis (SBFN)

Estabelecida em 2012, a SBFN é uma comunidade voluntária de reguladores do setor financeiro, bancos centrais, ministérios das finanças, ministérios do meio ambiente e associações setoriais de mercados emergentes empenhados em promover as finanças sustentáveis. A IFC, que faz parte do Grupo Banco Mundial, é o Secretariado e parceiro de conhecimento da SBFN, auxiliando os membros a compartilhar conhecimento e acessar capacitação para apoiar a concepção e implementação de iniciativas nacionais de finanças sustentáveis. Em abril de 2024, a SBFN contava com 91 membros institucionais representando 70 países e pelo menos US\$ 68 trilhões (92%) do total de ativos bancários em mercados emergentes. Os membros da SBFN estão empenhados em orientar seu setor financeiro para a sustentabilidade, com o duplo objetivo de melhorar a gestão dos riscos ambientais e sociais (incluindo a divulgação de riscos climáticos) e aumentar o fluxo de capital para atividades com impacto climático, ambiental e social positivo. Para mais informações visite https://www.sbfnetwork.org/

Sobre a IFC

A IFC — membro do Grupo Banco Mundial — é a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento. Trabalhamos em mais de 100 países utilizando o nosso capital, capacidade de mobilização, conhecimento técnico e influência para criar empregos e melhorar o padrão de vida, especialmente para os pobres e vulneráveis. No ano fiscal de 2023, a IFC destinou um valor recorde de US\$ 43,7 bilhões para empresas privadas e instituições financeiras nos países em desenvolvimento, valendo-se do poder do setor privado para melhorar a vida das pessoas à medida que as economias lutam com o impacto do agravamento das crises globais. Para mais informações visite www.ifc.org.

© International Finance Corporation 2024, como Secretariado da Rede de Bancos e Finanças Sustentáveis (SBFN). Todos os direitos reservados. 2121 Pennsylvania Avenue, N.W. Washington, D.C. 20433 Internet: www.ifc.org. O material deste trabalho é protegido por direitos autorais. Copiar e/ou transmitir partes ou todo este trabalho sem permissão pode ser uma violação da lei aplicável. A IFC e a SBFN incentivam a divulgação de seu trabalho e normalmente concederão permissão para reproduzir partes do trabalho imediatamente e, quando a reprodução for para fins educacionais e não comerciais, sem cobrança de taxa, sujeita às atribuições e notificações que possamos razoavelmente exigir. Este material é distribuído sob a condição de não ser, por meio de comércio ou de outra forma, emprestado, revendido, alugado ou de outra forma distribuído comercialmente sem o consentimento prévio da IFC.

Todas as informações são fornecidas "tal como estão". A IFC e a SBFN não garantem a exatidão, confiabilidade ou integralidade do conteúdo incluído neste trabalho, ou das conclusões ou julgamentos aqui descritos, e não aceitam nenhuma responsabilização por quaisquer omissões ou erros (incluindo, sem limitação, erros tipográficos e erros técnicos) no conteúdo ou por dependência nele. Os limites, cores, denominações e outras informações mostradas em qualquer mapa deste trabalho não implicam qualquer julgamento por parte do Grupo Banco Mundial sobre o status legal de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

Este trabalho foi elaborado em consulta com os membros da SBFN. As constatações, interpretações e conclusões expressas neste volume não refletem necessariamente o ponto de vista do Conselho de Administração do Banco Mundial, da IFC, ou dos governos que representam. O conteúdo deste trabalho destina-se apenas a fins informativos gerais e não constitui aconselhamento jurídico, de valores mobiliários ou de investimento, parecer sobre a adequação de qualquer investimento ou qualquer tipo de requisição. A IFC ou as suas afiliadas podem ter investimento, prestar consultoria ou serviços, ou ter interesse financeiro em algumas das empresas e partes aqui mencionadas.

Nada aqui contido constituirá ou será interpretado ou considerado como uma limitação ou renúncia aos privilégios e imunidades da IFC, os quais todos são especificamente reservados.

Todas as outras dúvidas sobre direitos e licenças, incluindo direitos subsidiários, devem ser encaminhadas ao Departamento de Relações Corporativas da IFC, 2121 Pennsylvania Avenue, NW, Washington, DC 20433. A Corporação Financeira Internacional (IFC) é uma organização internacional estabelecida por Convênio Constitutivo entre seus países membros e membro do Grupo Banco Mundial. Todos os nomes, logotipos e marcas registradas são propriedade da IFC, e não é permitido o uso de nenhum desses materiais para qualquer finalidade sem o consentimento expresso por escrito da IFC. Além disso, "International Finance Corporation" e "IFC" são marcas registradas da IFC e estão protegidas pelo direito internacional.

Sumário

Figuras, Graficos e Quadros	4
Abreviações e Siglas	4
Introdução da Presidência da SBFN	5
Introdução dos Copresidentes do Grupo de Trabalho de Medição da SBFN	7
Principais Dados – Progresso desde o Relatório de Progresso Global de 2021	8
Introdução	9
I. Progresso e Tendências Gerais	11
Destaques do progresso dos membros da SBFN	11
Resumo das principais tendências	13
II. Resultados do <i>Benchmarking</i> dos Pilares	15
1. Pilar 1: Integração ASG	15
Progresso do pilar	16
Recomendações para membros da SBFN	18
2. Pilar 2: Gestão de Riscos relacionados ao Clima e à Natureza	19
Progresso do pilar	20
Recomendações para membros da SBFN	23
3. Pilar 3: Sustentabilidade Financeira	24
Progresso do pilar	25
Recomendações para membros da SBFN	28
III. Perspectivas e Recomendações	29
Anexo 1: Atividades e Marcos Importantes da SBFN 2021-2023	31
Principais Eventos	31
Grupos de Trabalho e Produtos de Conhecimento da SBFN	32
Anexo 2: Lista de Membros da SBFN em abril de 2024	35
Anexo 3: Marcos da Matriz de Progressão da SBFN (Geral e por Pilar)	38
Agradecimentos e Colaboradores	42

Figuras, Gráficos e Quadros

Figura 1: Visão Geral da Estrutura de Mediação do SBFN 2023: 3 pilares, 3 subpilares transversais, 11 indicadores transversais, 111 pontos de dados	10
Figura 2: Portal de Dados da SBFN (data.sbfnetwork.org)	10
Figura 3: Matriz de Progressão Geral da SBFN 2023	11
Figura 4: Resultados da Matriz de Progressão para o Pilar 1: Integração ASG	15
Figura 5: Resultados da Matriz de Progressão para o Pilar 2: Gestão de Riscos relacionados ao Clima e à Natureza	19
Figura 6: Resultados da Matriz de Progressão para o Pilar 3: Sustentabilidade Financeira	24

Abreviações e Siglas

ASEAN

71027111	Theodolague as tragede as causers training
ASG	Ambiental, Social e Governança
BCBS	Comitê de Supervisão Bancária da Basileia
DNSH	Não causar danos significativos
E&S	Ambiental e Social
EHS	Ambiental, Saúde e Segurança
FSB	Conselho de Estabilidade Financeira
GBF	Estrutura Global de Biodiversidade
GRAS	Gestão de Riscos Ambientais e Sociais
ICMA	Associação Internacional do Mercado de Capitais
IF	Instituição financeira
ISF	Finanças Sustentáveis Inclusivas
MEEDs	Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento
MRV	Medição, Relatórios e Verificação
NDCs	Contribuições Nacionalmente Determinadas
NGFS	Rede para tornar o sistema financeiro mais verde
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de desenvolvimento sustentável
PS	Padrões de Desempenho
SBFN	Rede de Bancos e Finanças Sustentáveis
SGAS	Sistema de Gestão Ambiental e Social
TCFD	Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima
TNFD	Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras relacionadas à Natureza

Associação de Nações do Sudeste Asiático

Introdução da Presidência da SBFN

Embora a recuperação global da pandemia de Covid-19 e a crise do custo de vida tenham se mostrado resilientes, o mundo continua a enfrentar desafios acumulados devido aos impactos das mudanças climáticas, aos conflitos com implicações globais e à escassez de alimentos e de energia. Neste contexto, os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento (MEEDs) são os mais atingidos. Isso se traduz em bilhões de dólares de perdas incalculáveis e aumento da desigualdade, e impede o progresso do desenvolvimento. Entre agora e 2030, pesquisas do Banco Mundial estimam que os países em desenvolvimento precisarão de uma média de US\$ 2,4 bilhões anualmente para enfrentar os desafios globais das mudanças climáticas, dos conflitos e das pandemias.¹

O setor financeiro desempenha um papel fundamental na concretização do nosso compromisso coletivo de criar um mundo livre de pobreza em um planeta habitável. As instituições financeiras podem traçar um caminho para alcançar progressos reais na promoção de economias verdes, inclusivas e resilientes. Isso tem maior importância do que compromissos. Com esta ambição, a Rede de Bancos e Finanças Sustentáveis (SBFN) foi criada em 2012 para acelerar as ações sobre finanças sustentáveis nos MEED, medir o progresso e refinar as melhores práticas para orientar os caminhos futuros.

Tenho o prazer de compartilhar nosso Relatório de Progresso Global da SBFN de 2024 e anunciar o lançamento do novo Portal de Dados da SBFN. Os nossos resultados confirmam que, enquanto comunidade, cumprimos o que dizemos. O crescimento recorde da rede e o tremendo progresso dos membros nas ações políticas e no impacto no mercado nos últimos dois anos sinalizam o imenso potencial para moldar os sistemas financeiros em direção aos objetivos de sustentabilidade. Os membros da SBFN estão demonstrando a importância de reconhecer os riscos climáticos e ambientais como uma fonte de risco para o sistema financeiro e o potencial para transformar esses riscos em oportunidades para criar novos mercados para finanças sustentáveis.

O aumento na adoção de taxonomias de finanças sustentáveis e de diretrizes para títulos temáticos pelos países-membros da SBFN está impulsionando a mobilização de fluxos financeiros para atividades que apoiam os objetivos de desenvolvimento sustentável globais e nacionais. O tamanho do mercado de títulos temáticos atingiu impressionantes US\$ 759 bilhões em quarenta e cinco países da SBFN em 2023, enfatizando a importância destes instrumentos para direcionar os fluxos financeiros para objetivos de sustentabilidade e o papel ativo dos membros da SBFN no estabelecimento de um ambiente favorável.

Pioneiros do financiamento sustentável estão surgindo nos mercados mais desafiadores, afirmando a igual determinação dos MEED de estarem na vanguarda da transição. Isso nos lembra que é fundamental que as economias emergentes tenham um lugar à mesa e uma voz forte no diálogo global sobre finanças sustentáveis.

A experiência dos membros da SBFN confirma que o progresso é alcançado mais efetivamente através de parcerias e compartilhamento de conhecimento. Todas as ações dos setores público e privado a nível nacional, regional e global podem criar impacto em grande escala. A coordenação e a colaboração garantem a coerência no desenvolvimento, implementação de políticas e responsabilização.

¹Banco Mundial, Relatório Anual, 2023, https://worldbank.org/en/about/annual-report.

No futuro, continuaremos a aprender com a experiência dos membros da SBFN na promoção de abordagens holísticas que integrem as múltiplas dimensões da sustentabilidade em todo o sistema financeiro. Também precisamos continuar nos engajando mutuamente nessa jornada ambiciosa e incentivando mais aprendizado e colaboração cruzada para evitar a fragmentação e a duplicação de esforços.

Como Secretariado da SBFN, a IFC está comprometida em inovar com novas abordagens, ferramentas e ofertas de capacitação para apoiar os membros da SBFN em sua jornada. Quero estender o meu agradecimento a todos os membros da SBFN e às equipes da IFC por esta notável parceria de 12 anos que promove mudanças mensuráveis em direção a um futuro sustentável para todos.



Afonso Garcia Mora

Vice-Presidente para Europa e América Latina & Caribe, IFC

Presidente do Secretariado da Rede de Bancos e Finanças Sustentáveis

Introdução dos Copresidentes do Grupo de Trabalho de Medição da SBFN

Como copresidentes do Grupo de Trabalho de Medição da SBFN, temos o prazer de apresentar o Relatório de Progresso Global de 2024 da SBFN e o novo Portal de Dados, que oferece uma nova plataforma para compartilhar como os membros cumprem nosso compromisso coletivo de impulsionar mudanças mensuráveis nas finanças sustentáveis.

A liderança coletiva do mercado e das políticas e um processo de melhoria contínua são cruciais para enfrentar os grandes desafios que as pessoas e o planeta enfrentam em um ritmo acelerado. Com o cenário das finanças sustentáveis em constante evolução, os rápidos avanços na tecnologia e as mudanças na dinâmica do mercado, os países precisam se adaptar rapidamente a novos desafios e oportunidades.

A atualização de 2023 da Estrutura de Medição do SBFN captura de forma mais abrangente a amplitude e profundidade das ações financeiras sustentáveis dos membros, incluindo tendências emergentes, como riscos relacionados com a natureza, transição justa e impacto social. A Estrutura de Medição é uma ferramenta poderosa para garantir o alinhamento das políticas com as últimas tendências internacionais e medir os impactos das políticas na prática, incluindo a mudança comportamental dos participantes do mercado.

O novo Portal de Dados da SBFN é uma maneira dinâmica e prática de acompanhar iniciativas de finanças sustentáveis entre os países da SBFN de forma mais regular e consistente, permitindo benchmarking multidimensional entre países, regiões e indicadores. Esta importante evolução permitirá que os membros da SBFN reportem a evolução das suas políticas em tempo real, facilitando a aprendizagem, o conhecimento e o compartilhamento de experiências entre pares.

Esperamos que os membros da SBFN se beneficiem do Relatório de Progresso Global e do Portal de Dados para refletir sobre o quanto alcançamos como rede, mas também como um instrumento para orientar a futura direção de sua jornada. O lançamento do Relatório do Progresso Global e do Portal de Dados será seguido de intercâmbio de conhecimento, aprendizagem entre pares e atividades de conscientização para fornecer aos membros conhecimentos práticos, estudos de caso e lições por trás da evolução dos países.

Como estamos todos navegando juntos por uma curva de aprendizado desafiadora, precisamos apoiar uns aos outros. Como uma rede única que reúne reguladores e associações setoriais dos MEEDs, estamos imensamente orgulhosos de todos os membros pelas suas contribuições, todas fundamentais para orientar o Relatório de Progresso Global e o Portal de Dados. Gostaríamos também de agradecer ao Secretariado da SBFN e à IFC por este excelente trabalho. Nós o incentivamos a aproveitar o momento, a se concentrar e a acelerar o enorme progresso descrito neste relatório.



Yasser Mounsif

Chefe do Departamento de Finanças Corporativas e Divulgação Financeira,

Autoridade do Mercado de Capitais do Marrocos (AMMC)



Laura María Santa Zuluaga

Coordenadora do Grupo de Finanças Sustentáveis,

Superintendência Financeira da Colômbia (SFC)

Principais Dados – Progresso desde o Relatório de Progresso Global de 2021



DESTAQUES GERAIS

Todos

os países estão progredindo nas três etapas e seis subetapas do desenvolvimento financeiro sustentável

39

países avançaram na Matriz de Progressão Geral

13

países, incluindo 11 novos países membros, fizeram progressos rápidos, saltando 2 subetapas

15

países lançaram roteiros de finanças sustentáveis, adotando abordagens holísticas para reformas estratégicas

DESTAQUES DO BENCHMARKING DE PILAR

Pilar 1: Integração ASG

39

países (59%) lançaram estruturas de integração ASG, das quais a maioria possui requisitos de relatórios.

33

países (50%) desenvolveram orientação técnica e ferramentas para implementação de estruturas de integração ASG.

12

países (18%) realizaram avaliações para identificar riscos sistêmicos de ASG nos principais setores de crédito

Pilar 2: Gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza

35

países (53%) adotaram estruturas para gestão de riscos climáticos

28

países (42%) fazem referência em sua estrutura a pelo menos uma norma internacional de gestão e divulgação de riscos relacionados com o clima

c

países (14%) realizaram avaliações preliminares e ações políticas para explorar as interações entre os riscos relacionados com a natureza e o setor financeiro

Pilar 3: Sustentabilidade Financeira

24

países (36%) publicaram ou estão desenvolvendo taxonomias de projetos, setores e atividades elegíveis verdes ou focadas na sustentabilidade.

28

países da SBFN (42%) emitiram diretrizes para títulos temáticos

US\$ 759 bilhões

de títulos temáticos foram emitidos em **45** países da SBFN

Introdução

Dentro de um cenário global cada vez mais complexo, os membros da SBFN continuam a progredir em uma escala sem precedentes para remodelar a forma como os sistemas financeiros funcionam, com o objetivo de gerenciar os riscos ambientais, sociais e de governança (ASG) e climáticos e liberar maior volume de financiamento para enfrentar as mudanças climáticas e apoiar os objetivos de sustentabilidade. Nos últimos dois anos, o número de países da SBFN cresceu para 70 (um aumento de 63%), representando 91 membros institucionais (um aumento de 44%) e 92% do total dos ativos bancários nos MEEDs. Seguindo a tendência de integração e colaboração regional, dois novos membros regionais se uniram à SBFN, representando 14 novos países.

O décimo aniversário da SBFN em 2022 proporcionou uma oportunidade para refletir sobre o trabalho pioneiro dos membros na última década e definir uma estratégia ambiciosa para mudar o rumo do desenvolvimento de políticas financeiras sustentáveis para a implementação com impactos mensuráveis. Isso inspirou atualizações nos produtos e atividades de conhecimento da SBFN, incluindo a atualização da Estrutura de Medição da SBFN,² que mede holisticamente a implementação em nível de país; uma série de ferramentas, como o Kit de Ferramentas para o Desenvolvimento de Roteiros para Finanças Sustentáveis³ e o Kit de Ferramentas para Taxonomias de Finanças Sustentáveis; e o novo Portal de Dados on-line da SBFN,⁴ o banco de dados mais abrangente que captura iniciativas financeiras sustentáveis em MEEDs.

A atualização de 2023 da Estrutura de Medição da SBFN foi orientada pelas prioridades dos membros e pelas tendências globais em finanças sustentáveis. Ela reflete a diversificação dos membros da SBFN, capturando evoluções em todo o ecossistema do setor financeiro (incluindo bancos, mercados de capitais, seguros e pensões). Inclui prioridades emergentes, como o risco relacionado com a natureza, o financiamento inclusivo e novos indicadores sobre risco climático alinhadas com boas práticas internacionais e desenvolvimento de padrões. A Estrutura atualizada também visa medir a implementação de finanças sustentáveis através de indicadores quantitativos.

 $^{{}^2 \}mbox{Visite https://www.sbfnetwork.org/measurement-and-framework-methodology/.}$

³ Visite https://www.sbfnetwork.org/sbfn-toolkit-developing-sustainable-finance-roadmaps/.

⁴ Visite https://data.sbfnetwork.org/.

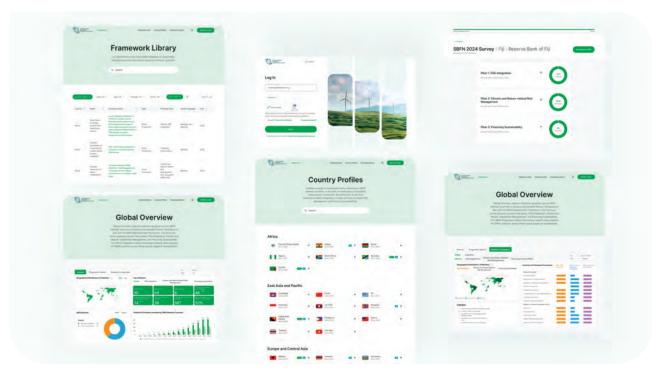
FIGURA 1: VISÃO GERAL DA ESTRUTURA DE MEDIÇÃO DA SBFN 2023:

3 PILARES, 3 SUBPILARES TRANSVERSAIS, 11 INDICADORES TRANSVERSAIS, 111 PONTOS DE DADOS



O Portal de Dados da SBFN permite a coleta, verificação e avaliação sistemática e regular de dados no cenário financeiro sustentável em rápida evolução nos MEEDs. O Portal é uma plataforma on-line completa que oferece uma visão abrangente das iniciativas de financiamento sustentável nos países-membros da SBFN.

FIGURA 2: PORTAL DE DADOS SBFN (DATA.SBFNETWORK.ORG)



I. Progresso e Tendências Gerais

O benchmarking do progresso das finanças sustentáveis em 2023 foi realizado em relação aos três pilares da Estrutura de Medição da SBFN: Integração ASG, Gestão de Riscos Relacionados ao Clima e à Natureza e Sustentabilidade Financeira. Esta seção resume o progresso observado nos países da SBFN e as tendências identificadas a partir das informações reportadas pelos membros com documentação de apoio e verificadas pelo Secretariado da SBFN.⁵

DESTAQUES DO PROGRESSO DOS MEMBROS DA SBFN

A Matriz de Progressão da SBFN 2023 demonstra ações políticas rápidas por parte dos membros da SBFN para expandir e aprofundar o desenvolvimento e a implementação da estrutura financeira sustentável nacional e regional, em linha com as tendências e boas práticas internacionais.



⁵ Os indicadores relatados no Relatório de Progresso Global baseiam-se nos dados comunicados pelos membros até fevereiro de 2024. Quaisquer novos acontecimentos ocorridos em ou após fevereiro de 2024, ou que não tenham sido comunicados pelos membros ao Secretariado da SBFN como parte do processo de coleta de dados, não poderão ser contabilizados. Novos países que aderiram à rede a partir de fevereiro de 2024, após o término do processo de coleta de dados dos membros da SBFN, não foram incluídos nesta avaliação. As conclusões do Relatório cobrem um total de 66 países.

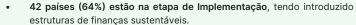
Etapa de Preparação

Anúncio de um compromisso formal para alcançar progresso no financiamento sustentável e medidas iniciadas para preparar o desenvolvimento de uma estrutura nacional de finanças sustentáveis.

- Em meio a um aumento de 60% no número de países membros, todos os países estão rapidamente transformando compromissos iniciais em ações, progredindo para além da subetapa de Compromisso.
- 18 países (27%)⁶ estão na subetapa de Formulação, tomando medidas concretas para preparar o desenvolvimento de estruturas nacionais de financiamento sustentável.

Etapa de Implementação

Lançada uma primeira estrutura nacional formalmente, ferramentas de implementação e iniciativas (por exemplo, capacitação) em vigor ou em desenvolvimento, apresentação de relatórios por parte dos participantes do mercado incentivada ou exigida, e a estrutura expande-se para cobrir várias partes do sistema financeiro.

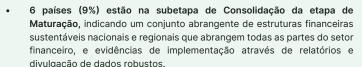


- 29 países (44%)⁷ estão na subetapa de Desenvolvimento, tendo publicado sua(s) primeira(s) estrutura(s) e focando no desenvolvimento de orientações, estruturas adicionais e capacitação tanto a nível de regulador como de mercado.
- 13 países (20%) estão na subetapa Avanço, tendo introduzido ferramentas de implementação e abordagens de supervisão para apoiar a implementação de estruturas financeiras sustentáveis nacionais e regionais, abrangendo múltiplas partes do sistema financeiro.



Etapa de Maturação

Um conjunto abrangente de iniciativas e estruturas nacionais alinhadas com as normas internacionais está estabelecido, abrangendo todas as partes do sistema financeiro. A implementação é integrada nas atividades de monitoramento e supervisão e há disponibilidade de dados consistentes e comparáveis para medir a implementação.



 As evidências de implementação e mudança de comportamento ainda são limitadas. Para chegar à subetapa de Integração de Mudanças Comportamentais, espera-se que os países tenham um conjunto totalmente integrado de iniciativas e estruturas de finanças sustentáveis em todos os subsetores do sistema financeiro, com requisitos gerais de divulgação pública e dados plurianuais sobre a implementação.



Embora tenham sido observadas melhorias positivas no que diz respeito aos dados sobre a implementação, com vinte e sete países (41%) reportando algum grau de dados quantitativos sobre finanças sustentáveis, os membros são incentivados a tomar medidas para obter maior progresso na medição da implementação de estruturas de finanças sustentáveis no setor financeiro.

⁶ Incluindo oito países representados pelo Banco Central do Caribe Oriental (ECCB): Anguila, Antígua e Barbuda, Comunidade de Dominica, Granada, Montserrat, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas.

⁷ Incluindo seis países representados pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC) e pela Comissão de Valores Mobiliários da África Central (COSUMAF): Camarões, República Centro-Africana, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial e Gabão.

RESUMO DAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

abordagens holísticas, tais como roteiros de finanças sustentáveis. Quarenta e oito países (73%) publicaram 421 estruturas (+107% de aumento desde 2021), incluindo políticas, diretrizes, princípios e orientação técnica, estabelecendo expectativas para finanças sustentáveis. Quinze países (23%) publicaram sua primeira estrutura para finanças sustentáveis. Quinze países (23%) lançaram roteiros de finanças sustentáveis até o momento, enquanto outros estão em processo de desenvolvimento, fazendo uso do Kit de Ferramentas da SBFN sobre Desenvolvimento de Roteiros de Finanças Sustentáveis (2023).8 Os roteiros de finanças sustentáveis são reconhecidos

O desenvolvimento de estruturas de finanças sustentáveis está se expandindo com a adoção de

- como uma ferramenta útil para desenvolver mercados financeiros sustentáveis, uma vez que oferecem uma abordagem consolidada e multilateral para identificar oportunidades e barreiras e preparar o caminho para reformas estratégicas. Os países avançados da SBFN também estão transformando estruturas existentes em abordagens holísticas para ampliar a interligação entre a gestão de riscos, o financiamento e a divulgação de riscos e oportunidades relacionados com ASG, clima e natureza.
- A implementação bem-sucedida é sustentada por ações regulatórias e setoriais para melhorar a execução, incentivar a adoção, desenvolver capacidades e promover a colaboração.
 - Os membros adotaram vários mecanismos para apoiar a implementação da estrutura, tais como: (i) estruturas de governança público-privadas para fornecer supervisão; (ii) orientação técnica e ferramentas para apoiar a implementação da estrutura pelo setor financeiro; (iii) capacitação sistemática e programas de conscientização para garantir o aprimoramento contínuo do conhecimento e das competências sobre finanças sustentáveis; e (iv) medidas de supervisão e incentivos políticos para gerenciar riscos, aumentar os fluxos de capitais e encorajar a adoção antecipada. Dezenove países (29%) introduziram incentivos que vão desde requisitos de capital verde, melhorias de crédito e subsídios financeiros, até facilidades de empréstimo e recompensas por desempenho. No entanto, a maioria dos países ainda está nos estágios iniciais de testar opções de incentivo.
- As estruturas de integração ASG foram incorporadas entre os países da SBFN como base para permitir o financiamento sustentável e prevenir o greenwashing.
 - Regulamentos e diretrizes de integração ASG são muitas vezes o primeiro passo na ação política, proporcionando uma base sólida para as instituições financeiras gerenciarem os riscos e impactos ambientais e sociais (E&S) de suas atividades. Trinta e seis países (55%) adotaram essas estruturas, fortemente alinhadas com padrões internacionais, como os Padrões de Desempenho da IFC. Os países da SBFN estão utilizando e aperfeiçoando suas estruturas de integração ASG para apoiar a implementação de requisitos de salvaguarda para a emissão de instrumentos financeiros sustentáveis, como títulos e empréstimos temáticos, e para demonstrar alinhamento com taxonomias. Ao exigir uma boa governança e gestão de riscos E&S, além de alcançarem impactos ambientais e sociais positivos, essas estruturas ajudam a prevenir o greenwashing e a apoiar resultados positivos de desenvolvimento.

⁸ Visite https://www.sbfnetwork.org/sbfn-toolkit-developing-sustainable-finance-roadmaps/.

 Progressos rápidos e significativos foram alcançados pelos países da SBFN no desenvolvimento de estruturas para abordar os riscos climáticos no setor financeiro, refletindo tendências e padrões internacionais.

Trinta e cinco países (53%) adotaram estruturas para gestão de riscos climáticos. Essas ações são lideradas principalmente pelos reguladores, demonstrando grande contribuição das redes e plataformas globais que conectam as questões das mudanças climáticas à estabilidade financeira. Vinte e seis países (39%) fazem referência a pelo menos uma norma internacional estabelecida de gestão e divulgação de riscos relacionados ao clima em suas estruturas de risco climático. Nove países (14%) realizaram avaliações preliminares e ações de políticas para explorar as interações entre os riscos relacionados com a natureza e as atividades do setor financeiro, e os membros estão empenhados em continuar a construir conhecimento e conscientização. Reconhecendo as implicações dos riscos relacionados com o clima e a natureza em todo o setor financeiro para além do bancário, dezesseis países (24%) relataram estruturas que incluem o setor financeiro não bancário, em especial pensões e seguros.

- O aumento na publicação de taxonomias de finanças sustentáveis e de diretrizes para títulos temáticos pelos países-membros da SBFN está impulsionando a mobilização de fluxos financeiros para atividades que apoiam os objetivos de desenvolvimento sustentável globais e nacionais.
 - Treze países (20%) têm taxonomias financeiras sustentáveis emitidas por um regulador do setor financeiro ou associação bancária, e onze países (17%) estão atualmente desenvolvendo a sua. A maioria das taxonomias inclui ativos verdes, mas algumas taxonomias estão também incluindo atividades com benefícios sociais e impacto mais amplo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Outras estruturas importantes que ajudam a desbloquear investimentos sustentáveis incluem orientações sobre empréstimos e títulos temáticos. A emissão de títulos temáticos atingiu US\$ 610 bilhões em trinta e cinco países da SBFN, enfatizando o papel crucial dos instrumentos temáticos para direcionar os fluxos financeiros para objetivos de sustentabilidade. Os membros da SBFN são cada vez mais exemplos de como a integração dos objetivos de inclusão com medidas de finanças sustentáveis pode ajudar a produzir resultados sociais positivos, incluindo através de financiamento verde inclusivo, igualdade de gênero e finanças digitais sustentáveis: vinte e sete países (41%) integraram essas abordagens em suas estruturas de finanças sustentáveis.
- As estruturas de finanças sustentáveis publicadas pelos membros da SBFN para o setor bancário são notavelmente mais avançadas do que as que abrangem os setores não bancários, mas os países da SBFN estão ampliando sua cobertura. O setor bancário tem sido historicamente um dos primeiros a adotar estruturas e práticas financeiras sustentáveis entre os membros da SBFN. No entanto, o setor não bancário, incluindo fundos de pensão, instituições de microfinanciamento, seguradoras, fundos de investimento e outros, está acompanhando os esforços para incorporar princípios de finanças sustentáveis nas suas operações. Embora a divulgação sobre o progresso nos setores não bancários por parte dos membros da SBFN continue limitada, vinte países (30%) forneceram informações sobre estruturas que abrangem esses setores, expandindo a cobertura das políticas para todo o ecossistema financeiro. Espera-se que a disponibilidade de informações cresça nos próximos anos, em linha com a expansão da adesão à SBFN de reguladores não bancários e associações setoriais.

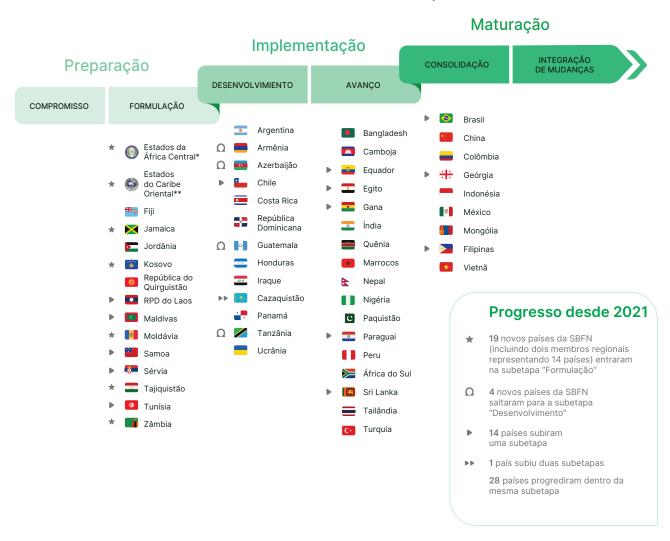
II. Resultados do Benchmarking de Pilares

1

PILAR 1: INTEGRAÇÃO ASG

O Pilar de Integração ASG avalia estruturas e práticas nacionais e regionais para gerenciar os riscos ASG no setor financeiro. Na atualização de 2023 da Estrutura de Medição, os indicadores de Integração ASG continuam a concentrar-se principalmente nos esforços do setor financeiro para integrar considerações ambientais e sociais sobre riscos e impactos na tomada de decisões de investimento. Em particular, as práticas incluem a avaliação e gerenciamento desses impactos nas operações de financiamento (ou seja, no nível do cliente, da transação e/ou de projeto) e demais considerações de governança corporativa e divulgação.

FIGURA 4: RESULTADOS DA MATRIZ DE PROGRESSÃO PARA O PILAR 1: INTEGRAÇÃO ASG



*Os Estados da África Central incluem:

Camarões, República Centro-Africana, Chade, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo.

** Estados do Caribe Oriental incluem:

Anguila, Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Nevis

A Matriz de Progressão da SBFN para o Pilar 1 destaca o avanço constante dos países da SBFN no estabelecimento de estruturas de integração ASG. O Pilar mais avançado entre os membros da SBFN, a integração ASG enfatiza a importância fundamental da gestão de riscos ASG na jornada financeira sustentável de um país. Trinta e nove por cento dos países da SBFN estão nas subetapas de Avanço ou Consolidação, indicando a adoção abrangente de estruturas de integração ASG com ferramentas de apoio, capacitação e estruturas de governança para implementação.

Progresso do pilar

As estruturas de integração ASG foram amplamente integradas entre os países da SBFN como um elemento fundamental para gerenciar riscos ambientais e sociais na tomada de decisões de investimento. Os regulamentos e diretrizes de integração ASG são muitas vezes o primeiro passo na ação política, criando condições equitativas para finanças sustentáveis. Trinta e nove países (59%) adotaram essas estruturas, fortemente alinhadas com padrões internacionais, como os Padrões de Desempenho da IFC. Uma característica central das estruturas de integração ASG é a expectativa de que as instituições financeiras desenvolvam uma estratégia, políticas e sistemas operacionais para a Gestão do Risco Ambiental e Social (GRAS), com responsabilidades de implementação para a liderança sênior e supervisão pelo conselho de administração (ou equivalente). Trinta e sete países (56%) introduziram tais requisitos.

Os países da SBFN estão aproveitando as estruturas de integração ASG como uma ferramenta para prevenir o greenwashing e gerenciar os riscos em instrumentos financeiros sustentáveis. As taxonomias de finanças sustentáveis emitidas pelos membros incluem cada vez mais requisitos específicos para aplicação de salvaguardas socioambientais. Isso inclui "Não causar dano significativo" (DNSH) e critérios mínimos de salvaguarda social, bem como requisitos explícitos para aderir aos regulamentos E&S nacionais ou diretrizes específicas de gestão de risco contidas em outras estruturas. Esta tendência reforça o papel da GRAS como um elemento crítico em todas as partes da arquitetura financeira sustentável, incluindo padrões estabelecidos para financiamento de projetos e diretrizes para títulos temáticos. Dos treze países da SBFN com taxonomias, oito incluem o princípio DNSH e salvaguardas sociais mínimas. Os cinco restantes exigem conformidade com diretrizes ou princípios de GRAS separados, ou explicitamente com regulamentações ambientais e sociais nacionais.

Pesquisa: A IFC divulga um relatório que explora o alinhamento e a interoperabilidade dos requisitos de "Não causar danos significativos" da Taxonomia da União Europeia (UE) e dos Padrões de Desempenho da IFC

Em maio de 2023, a IFC e a Associação dos Princípios do Equador lançaram a publicação *Promoção da interoperabilidade entre estruturas de gestão de riscos ambientais e sociais*, que explora as conexões e oferece comparações práticas entre o DNSH da Taxonomia da UE e requisitos mínimos de salvaguardas, e os Padrões de Desempenho (PS) da IFC e as Diretrizes Ambientais, de Saúde e Segurança (EHS) do Grupo Banco Mundial. O relatório conclui que os PS e as Diretrizes de EHS são estruturas de referência confiáveis para avaliar o alinhamento de uma atividade empresarial com os critérios de DNSH e de salvaguardas mínimas da taxonomia da UE. Em particular, os PS e as Diretrizes de EHS constituem uma estrutura útil para satisfazer os requisitos da Taxonomia da UE para atividades em países não pertencentes à UE.

⁹ Visite https://www.ifc.org/ifceutaxonomy

As estruturas de integração ASG estão se tornando mais sofisticadas para enfrentar os desafios de implementação e para se integrarem melhor nos esforços mais amplos de finanças sustentáveis. Doze países (18%) realizaram avaliações para identificar riscos sistêmicos de ASG nos principais setores de crédito/investimento. Essas avaliações podem ajudar a elaborar e reforçar as estruturas de GRAS, incluindo o desenvolvimento de diretrizes setoriais específicas, que são particularmente relevantes para setores com riscos E&S altos e difíceis de eliminar, no contexto de garantir uma transição justa para economias de baixo carbono. Essas abordagens estão ajudando ainda mais os países a articular as ligações entre a integração ASG através da GRAS e a gestão dos riscos relacionados com o clima e a natureza, fornecendo ferramentas e orientações de implementação. Trinta e três países (50%) desenvolveram orientação técnica e ferramentas para implementação de estruturas de integração ASG.

Exemplo de país: A Geórgia busca a integração financeira sustentável com as Diretrizes ASG que abordam a dupla materialidade

As Diretrizes ASG através da perspectiva de dupla materialidade¹0 (2023) do Banco Nacional da Geórgia fornece às instituições financeiras uma abordagem holística para a integração ASG e a gestão de risco. O trabalho inclui orientações sobre a integração dos riscos ASG e climáticos nos processos de due diligence e monitoramento ao nível das transações, e abordagens para avaliar e gerenciar os riscos financeiros relacionados com o clima e a natureza ao nível da carteira. As Diretrizes ASG buscam oferecer uma ferramenta com políticas para a gestão eficaz dos riscos ASG pelas instituições financeiras, identificando oportunidades e conduzindo os mercados para um comportamento mais favorável ao meio ambiente e à sociedade.

¹⁰ National Bank of Georgia, ESG Guidelines Through Double Materiality Perspective, 2023, https://nbg.gov.ge/en/page/esg-guidelines.

Recomendações para membros da SBFN

Embora a integração ASG esteja amplamente integrada nos países da SBFN, os membros devem concentrar os seus esforços nas seguintes considerações principais:

- Aprofundamento das estruturas ASG: Embora o requisito fundamental para que as instituições financeiras desenvolvam políticas e sistemas de GRAS incluindo o estabelecimento de uma ESMS seja disseminado, os membros devem desenvolver orientações e ferramentas adicionais para apoiar a implementação. Estes incluem, mas não estão limitados a, manuais de implementação de GRAS, listas de verificação setoriais, ferramentas de due diligence, relatórios de desempenho ASG e requisitos de monitoramento, e treinamentos regulares padronizados.
- Padrões de relatórios e divulgação para instituições financeiras: São necessários relatórios e divulgações padronizados e comparáveis por parte das instituições financeiras sobre as suas políticas, sistemas, práticas de due diligence e desempenho da carteira de gestão de risco ASG para medir a implementação eficaz das estruturas de integração ASG pelo setor financeiro e promover a transparência e a responsabilização.
- Aproveitar estruturas ASG para esforços financeiros sustentáveis mais amplos: Reconhecendo as ligações entre os riscos ASG ao nível das transações e os riscos financeiros relacionados com o clima e a natureza, e direcionando fluxos de capital para atividades sustentáveis, os membros devem buscar sofisticar ainda mais as suas estruturas de integração ASG para apoiar oportunidades de investimento sustentável de forma mais eficaz, ao mesmo tempo em que evitam o greenwashing.

PILAR 2: GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO CLIMA E À NATUREZA

O Pilar de Gestão de Riscos Relacionados ao Clima e à Natureza mede a adoção e implementação de estruturas por parte do setor financeiro para contribuir para os esforços nacionais e internacionais de gestão dos riscos relacionados ao clima e à natureza, e para apoiar os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris. As atualizações deste Pilar em 2023 refletem as tendências internacionais, com indicadores adicionais para avaliar estruturas que abordam os riscos climáticos e novos indicadores para avaliar a forma como os países abordam os riscos para o setor financeiro decorrentes da perda de biodiversidade e da degradação dos ecossistemas.

Embora o Pilar 1 sobre Integração ASG se concentre principalmente na avaliação e gestão de riscos E&S e impactos nas operações de financiamento (ou seja, em nível de cliente, transação e/ou projeto) e demais estruturas de governança, a ênfase do Pilar 2 está na avaliação e gestão dos riscos financeiros de médio a longo prazo para o setor financeiro que resultam das mudanças climáticas e da degradação da natureza, com maior enfoque nas considerações ao nível da carteira. A SBFN reconhece as interligações e a necessidade de uma maior integração para abordar as questões abrangidas pelos Pilares 1 e 2 de uma forma coerente.

FIGURA 5: MATRIZ DE PROGRESSÃO PARA O PILAR 2: GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO CLIMA E À NATUREZA



*Os Estados da África Central incluem:

Camarões, República Centro-Africana, Chade, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo.

Conforme ilustrado pela Matriz de Progressão da SBFN para o Pilar 2, os reguladores e as associações setoriais estão ativamente liderando os esforços nacionais e internacionais para gerenciar os riscos climáticos e relacionados com a natureza. O rápido progresso dos países da SBFN desde 2021 no desenvolvimento de estruturas de gerenciamento dos riscos climáticos é evidente. Em grande medida, isso reflete a tradução dos compromissos nacionais assumidos no âmbito do Acordo de Paris em medidas regulatórias, bem como o rápido desenvolvimento de abordagens e normas internacionalmente reconhecidas.

Progresso do pilar

Progressos significativos foram alcançados pelos países da SBFN no desenvolvimento de estruturas para abordar os riscos climáticos no setor financeiro, refletindo o rápido desenvolvimento de estratégias, normas e iniciativas internacionais para apoiar os compromissos de emissões líquidas zero e do Alinhamento de Paris.

- 35 países (53%) adotaram estruturas de gerenciamento dos riscos climáticos um aumento acentuado em comparação a quatro países em 2021.
- 26 das estruturas dos países (39%) referem-se a pelo menos um padrão internacional estabelecido de divulgação e gestão de riscos relacionados ao clima, consolidando uma tendência entre os membros de alinhar suas estruturas com padrões reconhecidos globalmente.
- 26 países (39%) relataram estruturas de gerenciamento de risco climático emitidas por reguladores, contra 14 países (21%) relatando relatórios emitidos por associações setoriais.¹¹ Os reguladores estão cada vez mais assumindo a liderança no desenvolvimento de avaliações, requisitos regulamentares e orientações para o setor financeiro, demonstrando a grande contribuição das redes internacionais e dos organismos de definição de normas na ligação entre as questões das mudanças climáticas e a estabilidade financeira.¹²
- 11 países (17%) começaram a incorporar requisitos ou orientações para instituições financeiras para desenvolver e divulgar planos de transição, incluindo metas, ações e mecanismos de responsabilização para alinhar suas atividades comerciais com um caminho de emissões líquidas zero.

¹¹ Vários países relataram um conjunto de estruturas emitidas tanto por reguladores como por associações setoriais.

¹² Incluindo trabalho da Rede para tornar o sistema financeiro mais verde (NGFS), do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (BCBS), do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) e do Grupo de Trabalho sobre Finanças Sustentáveis do G20 (SFWG); bem como o reconhecimento do TCFD como padrão de referência para divulgações financeiras relacionadas com o clima e a sua fusão com as normas de divulgação ISSB emitidas em junho de 2023.

Exemplo de país: Estrutura abrangente de gerenciamento de riscos climáticos e relacionados à natureza da Colômbia

Ao longo dos anos, a Colômbia emitiu um conjunto abrangente de regulamentos, orientações e avaliações técnicas para apoiar o setor financeiro na abordagem dos riscos relacionados com o clima e a natureza de forma integrada. A Superintendência Financeira da Colômbia (SFC) desenvolveu seu Roteiro *Rumo à ecologização do sistema financeiro colombiano*, ¹³ que contém planos de ação em cinco dimensões: taxonomia verde; inovação financeira; dados, métricas e informações; incorporação de considerações ASG; e ferramentas para medir e supervisionar os riscos do clima e relacionados com a natureza. O Roteiro complementa a regulamentação obrigatória (Circular Externa 031/2021¹⁴) exigindo que os emissores divulguem informações sobre suas questões E&S relevantes, bem como orientação técnica sobre a incorporação de riscos climáticos nas práticas de governança, estratégia, gerenciamento de risco e divulgação dos setores bancário e de seguros. ¹⁵ A associação colombiana de bancos (Asobancaria) também publicou documentos voluntários de orientação para a indústria integrar os riscos relacionados com o clima nas abordagens de gestão de riscos ASG das instituições financeiras. ¹⁶

Os países da SBFN continuam integrando considerações sobre riscos climáticos e abordagens de GRAS.

Os membros da SBFN não somente estão aproveitando as estruturas de GRAS para incluir considerações relacionadas com o clima, mas também estão fazendo uma integração mais abrangente com abordagens de gerenciamento de riscos climáticos. Vinte e seis países (39%) relataram que sua estrutura de risco climático está integrada em uma estrutura de gerenciamento de risco ASG mais ampla. Os membros operacionalizam a integração de várias formas:

- Integrando considerações sobre mudanças climáticas nos regulamentos e diretrizes da GRAS para atividades de empréstimo
- Integrando a avaliação e o gerenciamento de riscos climáticos e impacto socioambiental nos critérios de DNSH de taxonomias verdes e sustentáveis e/ou diretrizes para títulos temáticos
- Integrando de forma abrangente estruturas de gerenciamento de riscos ASG e climáticos para instituições financeiras através de uma lente de dupla materialidade, abordando tanto a gestão de impactos E&S ao nível da transação e considerações dos riscos financeiros relacionados com o clima ao nível da carteira para a tomada de decisão de investimento. Catorze países (21%) reportaram estruturas que reconhecem o conceito de dupla materialidade,¹⁷ com vários níveis de integração de estruturas de gestão de risco ASG.

¹³ Superintendencia Financiera de Colombia (SFC), Hacia el enverdecimiento del sistema financiero colombiano, 2023, https://bit.ly/sfcstrategy.

¹⁴ Superintendencia Financiera de Colombia (SFC), External Circular 031 of 2021, https://bit.ly/sfcce031_2021.

¹⁵ Superintendencia Financiera de Colombia (SFC), Climate risk and opportunity management for credit institutions - Technical paper, 2022. https://bit.ly/3USNKnZ; e Superintendencia Financiera de Colombia (SFC), Climate risk and opportunity management for insurers - Technical paper, 2023, https://bit.ly/3TsqWZQ.

¹⁶ Asobancaria, General Guidelines for the Management of Environmental and Social Risks (ARAS), 2021 (https://www.asobancaria.com/wp-content/uploads/2022/05/Guia-ARAS-Asobancaria-2021.pdf); e Guide for the Implementation of TCFD Recommendations by Financial Institutions in Colombia, 2022

⁽https://www.asobancaria.com/wp-content/uploads/2022/05/Guia-TCFD-para-entidades-financieras-en-Colômbia.pdf).

¹⁷ Conforme definido na Estrutura de Medição do SBFN, o conceito de dupla materialidade reconhece que as instituições financeiras podem ser impactadas e/ou ter impacto sobre fatores que incluem questões ambientais e sociais, mudanças climáticas e natureza.

Exemplo de país: Reguladores do Marrocos tomam medidas para integrar os riscos climáticos na supervisão do setor financeiro

O Banco Central de Marrocos (BAM) e o Banco Mundial realizaram uma avaliação de vulnerabilidade da exposição do setor financeiro marroquino aos riscos físicos e de transição relacionados com o clima em 2022. A avaliação sugere que a concretização destes riscos poderia ter impactos consideráveis – mas administráveis – no sistema bancário marroquino, e uma estrutura regulatória e de supervisão sólida poderia ajudar a mitigar esses riscos. ¹⁸ O BAM identificou o gerenciamento dos riscos climáticos como uma prioridade fundamental e está trabalhando para integrar plenamente os riscos climáticos nas suas práticas de supervisão. Foi emitida uma diretiva sobre o gerenciamento dos riscos financeiros climáticos e ambientais, e o BAM está considerando o gerenciamento dos riscos climáticos e a avaliação da governança no âmbito de seu Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (SREP), com um exercício piloto concluído em 2023. No entanto, a quantidade limitada de dados disponíveis para monitorar a exposição ao risco financeiro continua a ser um desafio fundamental para a implementação eficaz da diretiva.

Avaliações preliminares e ações políticas estão sendo realizadas para explorar as interações entre os riscos relacionados com a natureza e as atividades do setor financeiro

Reconhecendo a necessidade de abordar riscos mais amplos relacionados com a natureza, os reguladores e a indústria procuram aprofundar o conhecimento e a experiência, conforme o acordo histórico da Conferência das Partes para a Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 15) e a adoção da Estrutura Global de Biodiversidade de Kunming-Montréal (GBF), que colocou a natureza no topo da agenda global. As recomendações e orientações do Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza (TNFD) estabelecem ainda uma estrutura para as empresas avaliarem, reportarem e agirem sobre suas dependências, impactos, riscos e oportunidades relacionados com a natureza. Por ser um tema emergente para o qual os países ainda não desenvolveram mais conhecimento, nove países (14%) relataram estruturas sobre riscos financeiros relacionados à natureza, que são tipicamente integrados em estruturas mais amplas de gestão de riscos ASG e/ou relacionados ao clima.

Exemplo de país: O Banco Central das Filipinas explora ligações entre a natureza e o setor bancário

O Bangko Sentral ng Pilipinas (BSP, Banco Central das Filipinas) divulgou o estudo *O impacto da perda de biodiversidade no sistema bancário filipino: Uma análise preliminar* (2023) para apoiar o desenvolvimento de futuras políticas. Embora os resultados iniciais sugiram que o potencial impacto direto da perda de biodiversidade na solvência bancária pareça ser modesto, o documento enfatiza a necessidade de estimar as dependências indiretas dos serviços ecossistêmicos e o impacto da perda de biodiversidade no crédito e, consequentemente, na solvência bancária.

¹⁸ Veja Banco Mundial, Morocco Country Climate and Development Report, 2022

https://www.worldbank.org/en/country/morocco/publication/morocco-country-climate-and-development-report.

¹⁹ Veja https://tnfd.global/publication/recommendations-of-the-taskforce-on-nature-related-financial-disclosures/

²⁰ Bangko Sentral ng Pilipinas (BSP). The Impact of Biodiversity Loss on the Philippine Banking System: A Preliminary Analysis. 2023, https://www.bsp.gov.ph/Pages/MediaAndResearch/PublicationsAndReports/Discussion%20Papers/DP202303.pdf.

As estruturas de risco relacionados com o clima e a natureza estão sendo introduzidas no setor financeiro não bancário. Dezesseis países (24%) reportaram estruturas sobre gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza para o setor não bancário. As estruturas reportadas abrangem principalmente os setores de pensões, gestão de ativos e seguros na sua qualidade de investidores, incluindo a realização de avaliações de risco setorial e diretrizes para a integração dos riscos climáticos especificamente focadas nestes setores. Por exemplo, México e Colômbia emitiram orientações detalhadas sobre a integração de fatores ASG – incluindo riscos climáticos – nas políticas de investimento dos setores de gestão de ativos, pensões e seguros. Além disso, as estruturas de divulgação climática com referência a padrões internacionais, como o TCFD, foram reportadas para participantes nos mercados de capitais em catorze países (21%).

Recomendações para membros da SBFN

No futuro, os membros devem continuar a melhorar sua compreensão das implicações dos riscos relacionados com o clima e a natureza para os setores financeiros dos seus países ou regiões, e devem prosseguir com seus esforços para adotar e reforçar suas estruturas com as seguintes considerações:

- Projetando planos de transição: Dada a urgência de cumprir os objetivos do Acordo de Paris, os membros são incentivados a considerar os planos de transição como uma ferramenta de implementação útil para as instituições financeiras elaborarem abordagens claras e confiáveis para alinharem as suas atividades empresariais com os caminhos de descarbonização dentro de um prazo definido. Ao fornecer estratégias, objetivos, ações e mecanismos de responsabilização detalhados e prospectivos para alinhar as atividades empresariais com um objetivo final de emissões líquidas zero, os planos de transição complementam as ferramentas regulatórias atuais para permitir a transição da economia real. Os membros da SBFN, no entanto, são incentivados a seguir o diálogo internacional contínuo sobre o tema, uma vez que garantir a credibilidade e a eficácia dos planos de transição continua a ser uma questão desafiadora e o papel dos reguladores na supervisão do seu desenvolvimento ainda não foi esclarecido.
- Fortalecimento de dados e relatórios: A disponibilidade limitada de dados continua a ser um desafio para garantir a implementação efetiva de estruturas de gestão de riscos relacionados com o clima e a natureza. Os membros devem garantir que sejam estabelecidos mecanismos de coleta de dados para monitorar a implementação em todo o setor financeiro, bem como requisitos de divulgação para garantir a transparência e a responsabilização.
- Integrando riscos relacionados com a natureza: Os membros devem continuar a avaliar as implicações dos riscos relacionados com a natureza para o setor financeiro e sua integração com considerações de risco relacionadas com o clima. O trabalho em andamento de plataformas internacionais como a NGFS para apoiar o setor financeiro na melhoria do conhecimento sobre os riscos financeiros relacionados com a natureza²¹ pode fornecer recursos úteis, além de padrões internacionais reconhecidos, como as recomendações do TNFD.

²¹ A NGFS lançou Abordando os riscos financeiros relacionados à natureza: uma estrutura conceitual para orientar a ação dos bancos centrais e supervisores (setembro de 2023) em uma tentativa inicial de fornecer orientação aos reguladores para considerar os elementos relevantes de riscos financeiros relacionados com a natureza. Buscando esses esforços para integrar a consideração dos riscos relacionados com a natureza, a NGFS emitiu um Documento Técnico que oferece recomendações para o desenvolvimento de cenários para avaliar a economia relacionada com a natureza e riscos financeiros (dezembro de 2023), estabelecendo as bases para o desenvolvimento futuro de cenários relacionados com a natureza.

PILAR 3: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O Pilar de Sustentabilidade Financeira avalia políticas e ferramentas em vigor a partir de esforços regulatórios e voluntários para promover fluxos de capital em direção a metas climáticas, sociais, de economia verde e de sustentabilidade. Especificamente, esse Pilar captura o progresso nacional e regional no desenvolvimento e implementação de estruturas de finanças sustentáveis, diretrizes, taxonomias, ferramentas de monitoramento e incentivos relacionados com estes objetivos. As atualizações introduzidas neste Pilar em 2023 refletem as prioridades dos membros da SBFN para integrar objetivos sociais, de inclusão e acessibilidade, bem como capturar mecanismos inovadores para mobilizar capital para metas de sustentabilidade.

FIGURA 6: RESULTADOS DA MATRIZ DE PROGRESSÃO PARA O PILAR 3: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA



A Matriz de Progressão da SBFN para o Pilar 3 revela que quarenta e um países (62%) estão na etapa Implementação. Embora a maioria dos países tenha introduzido estruturas para Sustentabilidade Financeira (como diretrizes para títulos temáticos e, em menor medida, taxonomias), eles ainda estão trabalhando para operacionalizar a sua implementação em todo o setor financeiro. Seis países na subetapa de Consolidação da fase de Maturação estão liderando os esforços dos membros na Sustentabilidade Financeira, com um conjunto abrangente de estruturas que englobam todas as partes do sistema financeiro para promover fluxos financeiros para atividades verdes, sociais ou focadas na sustentabilidade, e a disponibilidade de dados consistentes e comparáveis.

Progresso do pilar

O aumento na emissão de taxonomias financeiras sustentáveis pelos membros incentiva uma aceleração dos fluxos financeiros para atividades com benefícios ambientais e sociais, incluindo a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

- 13 países da SBFN adotaram uma taxonomia de finanças sustentáveis, dentre aproximadamente 47 taxonomias ou listas de atividades sustentáveis emitidas globalmente até o momento.
- 11 países relataram que estão atualmente desenvolvendo uma taxonomia.

As taxonomias surgiram como um alicerce fundamental dos ecossistemas financeiros sustentáveis nacionais. Embora ainda exista uma grande variação entre taxonomias, estão surgindo bons exemplos de interoperabilidade na ausência de uma estrutura global única, incluindo em taxonomias emitidas por países da SBFN:

- 8 países referem-se de alguma forma à taxonomia da UE nas suas estruturas para sustentabilidade financeira, dos quais a Colômbia e a África do Sul adotaram formalmente e adaptaram o modelo da UE para as suas taxonomias nacionais.
- 4 países (Camboja, Indonésia, Filipinas e Tailândia) fazem parte da ASEAN e têm suas taxonomias alinhadas com elementos-chave da Taxonomia da ASEAN.
- 1 país (Sri Lanka) incorpora elementos da Taxonomia da UE e do Common Ground Taxonomy

Todas as taxonomias de finanças sustentáveis emitidas pelos países da SBFN incluem atividades que contribuem para a mitigação climática, e a maioria inclui ou planeja incluir atividades para objetivos como adaptação climática, prevenção da poluição, economia circular, proteção dos recursos hídricos e ecossistemas. Há um forte interesse e uma tendência emergente para abordar

- objetivos sociais (por exemplo, redução da pobreza, cuidados de saúde, segurança alimentar, inclusão financeira, educação e gênero), por exemplo, na Geórgia, na Indonésia e no México
- Economia Azul (água e oceanos), por exemplo, no Sri Lanka
- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por exemplo, na Indonésia e na Mongólia

A transição é também uma prioridade crescente em todas as jurisdições, com a introdução de diferentes mecanismos. Estes incluem sistemas de semáforos taxonômicos, que indicam atividades totalmente alinhadas ("verde") versus aquelas que não são totalmente verdes, mas atendem aos critérios de transição ("amarelo"), e não alinhadas ("vermelho"); assim como a aplicação de princípios de transição, planos ou medidas corretivas para encorajar mais partes da economia a mudar para práticas inclusivas, de baixo carbono e ecologicamente corretas.

Exemplo de país: A Mongólia expande a sua Taxonomia Verde para uma Taxonomia dos ODS que abrange objetivos de desenvolvimento ambiental e social

Em colaboração com a Associação Mongol de Finanças Sustentáveis, o Conselho de Estabilidade Financeira da Mongólia aprovou uma Taxonomia dos ODS²² em 2023, expandindo sua taxonomia verde existente (2018) e adicionando setores e atividades de impacto social, como saúde, educação, comunicações e infraestrutura acessível. A taxonomia da Mongólia também propõe indicadores-chave de impacto social e ambiental alinhados com os ODS para ajudar os investidores na medição do impacto, na comunicação e na verificação de instrumentos e transações sustentáveis.

As estruturas para a emissão de títulos temáticos continuam a se expandir, e quarenta e cinco países da SBFN emitiram US\$ 759 bilhões em títulos temáticos até 2023,23 enfatizando ao papel crucial desses instrumentos para direcionar os fluxos financeiros para objetivos sustentáveis. Para apoiar a emissão de instrumentos de financiamento sustentável, vinte e oito países (42%) emitiram diretrizes para títulos temáticos. Uma expansão dessas estruturas, de diretrizes puramente de títulos verdes até categorias mais amplas, é notável: por exemplo, a Colômbia expandiu suas diretrizes para incluir títulos sociais, sustentáveis e Iaranja,²⁴ e o Brasil expandiu das Diretrizes para Títulos Verdes para Diretrizes para Dívida Sustentável. Entre os países da SBFN, a China lidera a emissão de títulos temáticos em números absolutos, sequida pelo Chile, México, Índia, Brasil e Tailândia. Em porcentagem do PIB, os títulos temáticos ocupam o primeiro lugar na Turquia (19%), seguida pelo Chile (15 %), Peru (5%), Geórgia (3%), México (3%) e Tailândia (3%). Os títulos verdes representam 63% das emissões nos países da SBFN, enquanto as obrigações sociais e de sustentabilidade representam apenas 18% e 13% do mercado de títulos temáticos nos países da SBFN, respectivamente, embora a sua emissão esteja crescendo. Países como o Chile e o México são notáveis pela sua abordagem equilibrada em relação aos títulos verdes e sociais. Esses títulos apoiam uma vasta gama de projetos, desde energias renováveis até habitação social, demonstrando o potencial versátil dos títulos temáticos na promoção de objetivos mais amplos de sustentabilidade. O segmento menor de títulos vinculados à sustentabilidade (6,5%), que vincula os retornos financeiros às metas de desempenho de sustentabilidade, destaca uma abordagem inovadora ao financiamento.

²² Mongolian Financial Stability Council, National SDG Finance Taxonomy (Mongolian), 2023, https://drive.google.com/file/d/1VzZR_P5sN7NfFYhvm8puXKb6GY1v9faS/view?usp=sharing.

²³ Fonte: Banco Mundial.

²⁴ De acordo com as Diretrizes para Títulos Verdes da Colômbia (2020), os títulos laranja são títulos que financiam total ou parcialmente projetos laranja, entendidos como projetos que buscam diretamente promover a economia criativa baseada no talento, na propriedade intelectual, na conectividade e no patrimônio cultural

Os membros da SBFN ilustram cada vez mais como a integração dos objetivos de inclusão com medidas financeiras sustentáveis pode ajudar a impulsionar o crescimento econômico e produzir resultados sociais positivos.

- 24 países (39%) relataram ter estabelecido expectativas para melhorar o acesso ao financiamento para famílias de baixa renda, pequenas empresas e grupos vulneráveis, focando no apoio à adaptação e/ou resiliência às mudanças climáticas. Dois terços destes países incorporaram este tema em estruturas financeiras sustentáveis mais amplas.
- **22** países (33%) apoiam a igualdade de gênero através do desenvolvimento de políticas integradas em taxonomias, diretrizes de títulos ou requisitos de relatórios.
- 13 países (20%) estão promovendo iniciativas de financiamento digital sustentável com o objetivo de tornar o financiamento sustentável mais acessível, como a iniciativa da Mongólia para desenvolver uma plataforma centralizada de dados ASG e o roteiro do Sri Lanka que apoia fintechs no desenvolvimento de ferramentas digitais para a inclusão financeira.

Exemplo de país: O Egito emitiu uma estrutura nacional para promover o financiamento verde inclusivo

O Egito reconhece a importância da implementação de estratégias e políticas para promover práticas de Finanças Sustentáveis Inclusivas (ISF). Lideradas pelo Banco Central do Egito (CBE), as iniciativas de ISF, especialmente em finanças verdes, foram priorizadas. Em 2021, os Princípios Orientadores sobre Finanças Sustentáveis foram introduzidos para estabelecer uma base para o financiamento sustentável no setor bancário. Posteriormente, em novembro de 2022, a emissão do Regulamento de Licitações, após análise de lacunas realizada pelo CBE, teve como objetivo impulsionar o setor bancário em direção a práticas mais inclusivas e sustentáveis. A colaboração entre os órgãos reguladores financeiros do Egito reforça o compromisso do país em promover a sustentabilidade e fomentar uma economia mais sustentável, alinhando-se com estratégias nacionais como a Visão 2030 do Egito, a Estratégia de Energia Sustentável de 2035, a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas de 2050 e a suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Além disso, a emissão da Estrutura Soberana de Finanças Sustentáveis e os Títulos Verdes Soberanos do Ministério das Finanças demonstram ainda mais a dedicação do Egito aos esforços de ISF. Coletivamente, essas medidas e defesas políticas para ISF visam aliviar a pobreza e garantir a prosperidade para as gerações futuras.

Recomendações para membros da SBFN

Com a rápida adoção de estruturas nacionais e regionais para apoiar a mobilização de capital para atividades com benefícios climáticos e de desenvolvimento sustentável, os membros da SBFN podem avançar ainda mais os seus esforços das seguintes formas:

- Harmonização contínua e aprofundamento das estruturas: À medida que mais países emitem taxonomias, são necessários alinhamento e interoperabilidade para facilitar o investimento e evitar custos desnecessários para as instituições financeiras que operam em diferentes jurisdições. Isto requer coordenação e diálogo a nível global, como por meio do G20, da Plataforma Internacional sobre Finanças Sustentáveis (IPSF), da SBFN e da NGFS, para apoiar a convergência em torno de elementos e atividades essenciais, reconhecendo e apoiando ao mesmo tempo a necessidade de os países adaptarem as atividades e a ambição da sua taxonomia às prioridades locais e à maturidade do mercado.
- Reforçar a governança da arquitetura financeira sustentável a nível nacional, regional e global: A pesquisa da SBFN confirma a necessidade de estruturas de governança fortes no desenvolvimento, implementação e manutenção de estruturas para sustentabilidade financeira. Estruturas permanentes lideradas pelos reguladores, lideradas pela indústria ou multissetoriais, com mandatos, recursos e liderança apropriados, são importantes para garantir a manutenção oportuna e eficaz dessas estruturas, em linha com o desenvolvimento global e regional e tendo em conta as necessidades nacionais. Os kits de ferramentas da SBFN sobre roteiros de finanças sustentáveis²⁵ e Taxonomias Financeiras Sustentáveis²⁶ incluem exemplos dessas estruturas de governança. A necessidade de uma governança contínua é reforçada pela demanda do mercado pela integração de objetivos de sustentabilidade mais amplos, como transição, gênero, inclusão, adaptação climática e impacto social. As taxonomias e as diretrizes de financiamento temático também precisam ser complementadas por requisitos de comunicação e divulgação para acompanhar o alinhamento global da mobilização de capital com os objetivos de sustentabilidade.
- Aumentar o acesso a finanças sustentáveis: Embora seja fundamental aumentar o volume de financiamento sustentável, é igualmente importante garantir que as comunidades vulneráveis, mulheres, jovens e micro, pequenas e médias empresas (MPME) também se beneficiem das oportunidades emergentes. A nova Força-tarefa da SBFN sobre Finanças Sustentáveis Inclusivas visa fornecer definições e opções padrão para os membros da SBFN para melhor alinhar políticas e ações futuras com princípios de inclusão e transição justa.
- Explorar o papel dos incentivos: Os incentivos continuam a ser uma ferramenta fundamental para aumentar os fluxos de capital. Um número limitado de países da SBFN introduziu incentivos relacionados com instrumentos financeiros sustentáveis. Os incentivos fornecidos pelos reguladores ou outros agentes da indústria, alinhados com os seus mandatos, vão desde requisitos de capital verde, melhorias de crédito e subsídios financeiros, até prêmios por desempenho. Para melhor promover os incentivos como uma ferramenta para ampliar o financiamento sustentável, é necessário mais pesquisa, exploração e compartilhamento de lições para avaliar o impacto, a relação custo-eficácia e a viabilidade das opções de incentivo.

²⁵ Visite https://www.sbfnetwork.org/sbfn-toolkit-developing-sustainable-finance-roadmaps/.

²⁶ Visite https://www.sbfnetwork.org/sbfn-toolkit-sustainable-finance-taxonomies/.

III. Perspectivas e Recomendações

A ação coletiva é fundamental agora, tendo em conta o reconhecimento de que a crise climática, outrora considerada distante, é agora tangível. O enfrentamento de seus efeitos depende em grande medida da velocidade e da escala da resposta do sistema financeiro como facilitador da transição de toda a economia. É essencial que os membros da SBFN e a comunidade global reforcem seu compromisso e acelerem as ações para produzir impactos sustentáveis.

As principais recomendações para os membros da SBFN incluem:

- 1. Melhorar a integração e harmonização de estruturas de finanças sustentáveis, com uma abordagem estratégica e holística. A experiência dos membros confirma os benefícios da integração de estruturas de finanças sustentáveis, tais como integração ASG e diretrizes de risco climático, taxonomias e requisitos de divulgação para prevenir o greenwashing e aumentar os fluxos de financiamento sustentável. Da mesma forma, os países precisam considerar cuidadosamente os riscos de fragmentação das estruturas nacionais. Com a onda contínua de novos regulamentos e orientações emitidos a nível mundial, a harmonização é particularmente importante para garantir a coerência entre conjuntos de estruturas nacionais obrigatórias e voluntárias que abrangem vários subsetores financeiros, e a coerência dessas estruturas com as normas e orientações internacionais. Isso exige abordagens estratégicas e estruturas de governança que reúnam todo o setor financeiro com uma visão comum para sistemas financeiros sustentáveis. O kit de ferramentas da SBFN para o desenvolvimento de roteiros financeiros sustentáveis² oferece um conjunto de ferramentas prático e fácil de usar para projetar e operacionalizar roteiros de finanças sustentáveis. Os membros também podem utilizar plataformas internacionais como a SBFN para compartilhar e abordar desafios de interoperabilidade nos níveis global e regional.
- 2. Aprofundar a implementação de estruturas com orientação técnica e capacitação. Embora várias estruturas de finanças sustentáveis sejam emitidas pelos membros da SBFN estabelecendo uma base sólida para o desenvolvimento financeiro sustentável global, a aceitação e implementação das estruturas pelo mercado precisa ser complementada pela emissão de orientações e ferramentas técnicas de apoio. Por exemplo, as diretrizes de integração ASG podem se beneficiar de manuais de implementação complementares, diretrizes setoriais e modelos de monitoramento, enquanto as estruturas de divulgação e gestão de riscos climáticos podem ser ainda apoiadas por diretrizes técnicas e temáticas sobre tópicos como a pegada do portfólio, o planejamento de transição, a fixação interna do preço do carbono e a adaptação climática. As estruturas de títulos e empréstimos temáticos podem ser melhoradas através da medição do impacto, relatórios e padrões de verificação (MRV), orientações para identificação de pipeline e programas de capacitação. A Biblioteca de Estruturas da SBFN²⁸ oferece um banco de dados abrangente e pesquisável de estruturas nacionais, diretrizes de apoio e ferramentas emitidas por membros da SBFN.

²⁷ Visite https://www.sbfnetwork.org/sbfn-toolkit-developing-sustainable-finance-roadmaps/.

²⁸ Visite https://data.sbfnetwork.org/framework-library.

- 3. Expandir estruturas para melhor alinhar com objetivos sociais, de inclusão e acessibilidade. Os dados de mercado fornecidos pelos membros indicam uma tendência de aumento da alocação de capital sustentável para atividades de impacto social, reconhecendo a estreita conexão entre a resiliência climática e o desenvolvimento social. Além disso, os riscos de exclusão do financiamento sustentável podem criar uma ameaça crítica à estabilidade financeira e à economia em geral, impedindo que segmentos vulneráveis da população invistam em resiliência climática. Os membros devem continuar a expandir as estruturas existentes, como as taxonomias e as diretrizes para títulos temáticos e empréstimos, para integrar esses objetivos, apoiando, por exemplo, a participação das MPME e dos grupos vulneráveis na economia verde. Persistem desafios relacionados com a falta de definições comuns de investimento de impacto social e com a natureza qualitativa de muitos indicadores sociais, criando riscos de social washing ("lavagem social"). A inovação digital também pode ajudar a simplificar e agilizar os relatórios de impacto social. O novo Grupo de Trabalho da SBFN sobre Finanças Sustentáveis Inclusivas visa apoiar os membros da SBFN através do desenvolvimento de definições e abordagens comuns.
- 4. Reforçar os requisitos de monitoramento, elaboração de relatórios e divulgação para acompanhar sistematicamente as mudanças de comportamento das instituições financeiras e medir o impacto. Dados comparáveis e confiáveis sobre a implementação de estruturas a nível do mercado, juntamente com a mudança nos fluxos e impacto de financiamento, ainda são limitados. Os membros da SBFN são incentivados a desenvolver requisitos mais rigorosos de monitoramento, elaboração de relatórios e divulgação para as instituições financeiras, a fim de permitir a avaliação comparativa do desempenho e a medição do progresso. Para apoiar os membros, a SBFN está desenvolvendo um Kit de Ferramentas de Relatórios e Divulgação, que incluirá orientações, estudos de caso e um catálogo abrangente de indicadores propostos.

A SBFN está empenhada em continuar a apoiar os esforços dos membros, reunindo experiências e percepções dos países, desenvolvendo abordagens e ferramentas comuns sobre temas prioritários de finanças sustentáveis, facilitando o intercâmbio e a colaboração entre pares e representando a voz dos MEEDs em fóruns globais. A SBFN continuará a utilizar a experiência e os programas regionais de assistência técnica das equipes da IFC e do Banco Mundial para orientar e apoiar os membros em sua jornada de finanças sustentáveis.

Anexo 1:

Atividades e Marcos Importantes da SBFN 2021-2024

PRINCIPAIS EVENTOS

ABRIL DE 2022	País	Região	Co-anfitriões
7º Encontro Global e	Global	Global	SBFN/IFC
Aniversário de 10 anos da SBFN	(virtual)		
NOVEMBRO DE 2022	País	Região	Co-anfitriões
Fórum Internacional de	Geórgia	Europa e	Banco Nacional da Geórgia,
Finanças Sustentáveis 2022	_	Ásia Central	SBFN/IFC
MAIO DE 2023	País	Região	Co-anfitriões
Fórum International da Rede de Bancos e Finanças Sustentáveis 2023	Camarões	África	Banco dos Estados da África Central, SBFN/IFC
JUNHO 2023	País	Região	Co-anfitriões
Semana de Finanças	Mongólia	Ásia e	Gabinete do Presidente da
Sustentáveis 2023		Pacífico	Mongólia, Associação Mongol de Finanças Sustentáveis, SBFN/IFC
OUTUBRO DE 2023	País	Região	Co-anfitriões
Fórum de Finanças Sustentáveis	Kosovo	Europa e Ásia Central	Banco Central da República do Kosovo (CBK), Associação Banc do Kosovo (KBA), SBFN/IFC
NOVEMBRO DE 2023	País	Região	Co-anfitriões
Fórum de Negócios Climáticos de África	Quênia	África	Banco Central do Quênia (CBK) IFC/SBFN
MARÇO DE 2024	País	Região	Co-anfitriões
Fórum Internacional de Finanças Sustentáveis 2024	Geórgia	Europa e Ásia Central	Banco Nacional da Geórgia, SBFN/IFC
ABRIL DE 2024	País	Região	Co-anfitriões
Lançamento do Relatório de Progresso	EUA	Global	SBFN/IFC
Global 2024 e Portal de Dados da SBFN (durante Reuniões do primeiro semestre do GBM/FMI)	(IFC Sede e Virtual)		
	País	Região	Co-host(s)
SETEMBRO DE 2024 (Em breve) Encontro Global da SBFN	Fais	América Latina	SBFN/IFC, Ministério da

GRUPOS DE TRABALHO E PRODUTOS DE CONHECIMENTO DA SBFN

Grupo de Trabalho de Medição (MWG)

Estabelecido em 2016, o MWG responde à demanda dos membros da SBFN por uma abordagem sistemática para avaliar e fazer *benchmark* do progresso dos países no desenvolvimento de estruturas nacionais de finanças sustentáveis. O MWG desenvolveu e aprimorou uma Estrutura de Medição²⁹ que foi aprovada por todos os membros e continua a evoluir para acompanhar a evolução a nível nacional e global. A Estrutura de Medição orienta o desenvolvimento do Relatório de Progresso Global da SBFN e as atualizações do Portal de Dados da SBFN, fornecendo o *benchmarking* mais abrangente de iniciativas de finanças sustentáveis em todos os MEEDs e ajudando os membros a tomar decisões estratégicas informadas sobre sua jornada nacional e regional de finanças sustentáveis. O MWG apoiou o processo de atualização de 2023 da Estrutura de Medição da SBFN, fornecendo orientação estratégica e informações técnicas. Atualmente, o MWG é copresidido pela Superintendência Financeira da Colômbia (SFC) e pela Autoridade Marroquina dos Mercados de Capitais (AMMC).

Kit de ferramentas da SBFN para o desenvolvimento de roteiros para finanças sustentáveis

Em 2023, a SBFN lançou o Kit de ferramentas para o desenvolvimento de roteiros para finanças sustentáveis com base na Estrutura de Medição atualizada e, ligado a isso, o *E-Learning* Desenvolvendo Roteiros para Finanças Sustentáveis para ajudar os reguladores e as associações setoriais a conceber e operacionalizar roteiros nacionais e regionais de finanças sustentáveis.

Os roteiros para finanças sustentáveis são muitas vezes o primeiro passo no desenvolvimento sistemático de mercados financeiros sustentáveis, uma vez que oferecem uma abordagem holística e consolidada. Este Kit de Ferramentas, que foi desenvolvido em alinhamento com a Estrutura de Medição da SBFN, combina fontes existentes, tendências emergentes e lições dos membros da SBFN em um guia prático para ajudar reguladores e associações setoriais a conceber e operacionalizar roteiros nacionais e regionais de finanças sustentáveis.

Grupo de Trabalho sobre Instrumentos Financeiros Sustentáveis (SFIWG) (antigo Grupo de Trabalho de Títulos Verdes)

Criado em 2017, o SFIWG responde ao interesse contínuo dos membros no cenário em rápida evolução para instrumentos financeiros sustentáveis. O SFIWG lançou uma nova fase de trabalho em dezembro de 2021 para explorar a tendência de diversificação em instrumentos focados na sustentabilidade, incluindo títulos verdes, sociais e de sustentabilidade, empréstimos ligados à sustentabilidade, financiamento de transição e muito mais. O SFIWG iniciou um exercício de *benchmarking* para capturar lições de taxonomias financeiras sustentáveis globais, regionais e nacionais que visam prevenir o *greenwashing* e apoiar uma linguagem comum para o financiamento de atividades com benefícios ambientais e sociais. Os resultados desta pesquisa orientaram a contribuição da SBFN para o trabalho de 2023 sobre "Ativando o

²⁹ Visite www.sbfnetwork.org/measurement-and-framework-methodology/.

alinhamento: Aplicando os Princípios do G-20 para o Alinhamento Financeiro Sustentável com um Foco na Mitigação das Mudanças Climáticas" pelo FMI, Banco Mundial (incluindo SBFN e IFC), OCDE e BIS, que consolidou lições emergentes e considerações práticas para a concepção de abordagens de alinhamento eficazes para o financiamento climático, particularmente nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento (MEED). Através da colaboração da SBFN com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), as constatações também contribuíram para o desenvolvimento de um e-learning gratuito, Introdução a Taxonomias Financeiras Sustentáveis, lançado pela GIZ em 2023 em inglês, francês e espanhol, em cooperação com a SBFN. Por fim, as pesquisas e estudos de caso foram apresentados para uso dos membros e outras partes interessadas no Kit de Ferramentas da SBFN sobre Taxonomias Financeiras Sustentáveis, publicado em abril de 2024. Atualmente, o SFIWG é copresidido pela Autoridade de Serviços Financeiros da Indonésia (OJK), pelo Tesouro Nacional da África do Sul e pela Federação Bancária Latino-Americana (FELABAN).

Kit de ferramentas da SBFN sobre taxonomias financeiras sustentáveis

Através da pesquisa e do envolvimento com os membros, bem como da cooperação com o FMI, o Grupo Banco Mundial e o Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), a SBFN recentemente publicou um Kit de Ferramentas sobre Taxonomias Financeiras Sustentáveis. O Kit de Ferramentas foi concebido para reguladores do setor financeiro e associações bancárias em MEEDs que estão em processo de desenvolvimento de taxonomias regionais ou nacionais ou que já o fizeram e que gostariam de atualizar a sua taxonomia para aproveitar boas práticas internacionais e lições aprendidas de outras jurisdições.

O Kit de Ferramentas apresenta benchmarking detalhado de doze países da SBFN que emitiram taxonomias, bem como comparação com taxonomias regionais pela Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e pela União Europeia. Ele identifica características emergentes comuns, inovações e níveis de interoperabilidade que podem apoiar a convergência. Consiste em uma apresentação de slides com resultados e estudos de caso, e uma planilha com comparações detalhadas das 12 taxonomias nacionais, da ASEAN e da UE. Será um documento que evoluirá ao longo do tempo.

Grupo de Trabalho de Dados e Divulgação (DDWG)

Estabelecido em 2020, o DDWG aborda a lacuna consistente identificada pelos membros da SBFN: a falta de relatórios e dados suficientes do setor financeiro sobre riscos ASG, oportunidades, gestão de riscos climáticos e fluxos de capital para investimentos e projetos com impactos ambientais e sociais positivos. Esse grupo de trabalho mapeou os mais recentes avanços a nível nacional em termos de dados e divulgação de finanças sustentáveis em toda a comunidade SBFN e internacionalmente e facilitará o desenvolvimento de ferramentas e orientações práticas sobre a criação de estruturas nacionais eficazes. Atualmente o DDWG é copresidido pelo Banco Nacional da Geórgia (NBG) e pela Comissão Reguladora de Bancos e Seguros da China (CBIRC).

Grupo de Trabalho sobre Finanças Sustentáveis Inclusivas (ISF) (Substituindo e desenvolvendo o trabalho realizado pela atual Força-Tarefa da SBFN para Países de Baixa Renda)

Recém-criado em 2024, o Grupo de Trabalho ISF aborda as prioridades-chave dos formuladores de políticas dos MEED, com foco na inclusão financeira e na resiliência social. O Grupo de Trabalho ISF busca ajudar a aprofundar a compreensão de como os formuladores de políticas, reguladores, supervisores, associações setoriais e instituições financeiras podem conceber e implementar estruturas financeiras sustentáveis e inclusivas. O Grupo de Trabalho visa complementar o trabalho das plataformas políticas existentes, incluindo a Aliança para a Inclusão Financeira, o CGAP, o G20 e as Nações Unidas. Ao analisar as inovações políticas dos membros e compartilhar as suas próprias experiências com o desenvolvimento de medidas inclusivas de gestão de riscos financeiros e de sustentabilidade de financiamento, o Grupo de Trabalho explorará como os membros da SBFN promovem a inclusão através de suas estruturas financeiras sustentáveis e, assim, melhoram a concepção de políticas financeiras sustentáveis. Com isso, o Grupo de Trabalho apresentará aos Membros um conjunto de alternativas de políticas e escolhas estratégicas que lhes permitirão alcançar os resultados desejados de sustentabilidade. A Força-Tarefa é copresidida pelo Bangko Sentral ng Pilipinas (BSP, Banco Central das Filipinas), pela Federação dos Bancos Brasileiros (FEBRABAN) e pela Associação de Banqueiros do Quênia (KBA).

A SBFN colabora com parceiros para desenvolver uma estrutura conceitual sobre as interseções entre finanças sustentáveis e inclusão financeira.

Entre maio de 2022 e abril de 2023, o SBFN, o Centro de Inclusão Financeira e a Aliança para Inclusão Financeira participaram de um grupo de trabalho sobre Finanças Verdes Inclusivas (IGF), liderado por Sua Majestade a Rainha Máxima dos Países Baixos na qualidade de Advogada Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o financiamento inclusivo para o desenvolvimento (UNSGSA). Um objetivo-chave era elevar o papel interdependente e amplificador da inclusão financeira nos esforços globais de sustentabilidade e reforçar as considerações climáticas nos planos e estratégias nacionais de inclusão financeira. O grupo de trabalho produziu uma nota técnica apresentando uma estrutura política e de promoção para IGF, enfatizando a ação das partes interessadas públicas e privadas em três grandes áreas:

- Integração de IGF a nível nacional, incluindo em estratégias ou planos nacionais definidos;
- Investimento em informação e dados, incluindo
 - uma agenda de pesquisa e evidências,
 - Consideração de IGF em ferramentas emergentes, como taxonomias verdes,
 - e aprofundamento de produtos/casos de uso de IGF.
- Integrar IGF no ambiente regulatório internacional favorável ao financiamento climático, incluindo a análise das consequências não intencionais da política de financiamento climático na inclusão financeira.

Anexo II:

Lista de Membros da SBFN em abril de 2024

91 INSTITUIÇÕES-MEMBRO REPRESENTANDO 70 PAÍSES EM MERCADOS EMERGENTES E ECONOMIAS EM DESENVOLVIMENTO

ÁFRICA	
Banco dos Estados da África Central (BEAC)	Comissão de Valores Mobiliários da África Central (COSUMAF)
Banco de Gana (BOG)	Autoridade Prudencial da África do Sul (opera dentro da administração do Banco de Reserva da África do Sul)
Associação de Banqueiros da Zâmbia	Tesouro Nacional Sul-Africano
Associação Bancária da África do Sul (BASA)	Associação de Banqueiros da Tanzânia
Banco Central da Nigéria (CBN)	Comissão de Valores Mobiliários de Gana
Associação de Bancos de Gana (GAB)	Comissão de Valores Mobiliários da Zâmbia
Associação de Banqueiros do Quênia (KBA)	

LESTE DA ÁSIA E PACÍFICO		
Associação de Bancos do Camboja (ABC)	Ministério da Ecologia e Meio Ambiente da República Popular da China	
Bangko Sentral ng Pilipinas (BSP, Central Bank of the Filipinas)	Associação de Banqueiros da Mongólia	
Banco da Mongólia	Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Verde da Mongólia	
Banco de Papua Nova Guiné	Associação Mongol de Finanças Sustentáveis (MSFA)	
Banco da República Popular Democrática do Laos	Otoritas Jasa Keuangan (OJK, Autoridade de Serviços Financeiros da Indonésia)	
Banco Central de Samoa (CBS)	Banco de Reserva de Fiji	
Comissão Reguladora de Bancos e Seguros da China (CBIRC)	Banco Estatal do Vietnã (SBV)	

Associação Bancária da China (CBA)	Associação de Banqueiros Tailandeses (TBA)
Departamento do Meio Ambiente e Recursos Naturais das Filipinas (DENR)	Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente do Vietnã
Comissão Reguladora Financeira da Mongólia (FRC)	

SUL DA ÁSIA	
Banco de Bangladesh	Autoridade Monetária das Maldivas (MMA, Banco Central das Maldivas)
Banco Central do Sri Lanka (CBSL)	Banco Rastra do Nepal
Associação Indiana de Bancos (IBA)	Banco Estatal do Paquistão (SBP)

EUROPA E ÁSIA CENTRAL	
Agência da República do Cazaquistão para Regulamentação e Desenvolvimento do Mercado Financeiro	Associação Bancária do Kosovo (KBA)
Associação de Bancos Sérvios (ASB)	Associação Bancária da Macedônia (MBA)
Associação de Bancos do Azerbaijão (ABA)	Banco Nacional da Geórgia (NBG)
Associação de Microfinanças do Azerbaijão (AMFA)	Banco Nacional da Moldávia
Banco da Albânia	Banco Nacional do Tajiquistão
Associação Bancária da Geórgia	Banco Nacional da Ucrânia (NBU)
Agência de Regulação e Supervisão Bancária da Turquia (BRSA)	Comissão Nacional de Valores Mobiliários e do Mercado de Valores da Ucrânia (NSSMC)
Banco Central da Armênia	União dos Bancos da Armênia
Banco Central do Kosovo (CBK)	União dos Bancos do Quirguistão
Banco Central da República do Azerbaijão (CBA)	Associação de Bancos Montenegrinos

AMÉRICA LATINA E CARIBE	
Associação de Bancos Argentinos (ADEBA)	Banco Central do Paraguai (BCP)
Associação de Bancos e Instituições Financeiras do Chile (ABIF)	Banco Central do Caribe Oriental (ECCB)
Associação de Bancos e Instituições Financeiras da Colômbia (Asobancaria)	Federação de Bancos Latino-Americanos (FELABAN)
Associação de Bancos Comerciais da República Dominicana (ABA)	Comissão do Mercado Financeiro do Chile (CMF)
Associação de Bancos Mexicanos (ABM)	Superintendência Financeira da Colômbia (SFC)
Associação dos Supervisores dos Bancos das Américas (ASBA)	Superintendência Geral de Instituições Financeiras da Costa Rica (SUGEF)
Banco Central do Brasil (BCB)	Associação Bancária de Honduras (AHIBA)
Banco da Jamaica (BOJ)	Comissão Nacional Bancária e de Seguros (CNBS)
Associação Bancária do Equador (ASOBANCA)	Associação Bancária do Panamá (ABP)
Associação Bancária da Guatemala (ABG)	Semarnat (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais)
Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)	Superintendência de Bancos, Seguros e Fundos de Pensão Privados do Peru (SBS)
Conselho Centro-Americano de Superintendentes de Bancos, Seguros e de Outras Instituições Financeiras (CCSBSO)	Mesa Redonda de Finanças Sustentáveis do Paraguai
Banco Central do Equador (BCE)	

ORIENTE MÉDIO E NORTE DE ÁFRICA	
Associação de Bancos da Jordânia (ABJ)	Banco Central da Jordânia (CBJ)
Banco Al-Maghrib (BAM, Banco Central de Marrocos)	Banco Central da Tunísia (CBT)
Banco Central do Egito (CBE)	Federação dos Bancos Egípcios (FEB)
Banco Central do Iraque (CBI)	Autoridade Marroquina do Mercado de Capitais (AMMC)

Anexo III: Marcos da Matriz de Progressão da SBFN (Geral e por Pilar)

MARCOS DA MATRIZ DE PROGRESSÃO GERAL

Preparação

COMPROMISSO

FORMULAÇÃO

COMPROMISSO

Maturação

CONSOLIDAÇÃO

Maturação

CONSOLIDAÇÃO

Maturação

CONSOLIDAÇÃO

FORMULAÇÃO

DESENVOLVIMIENTO

AVANÇO

COMPROMISSO

O regulador do setor financeiro ou associação setorial anunciou um compromisso formal para alcançar progressos em finanças sustentáveis nos próximos dois anos.

Foram tomadas medidas iniciais, tais como uma reunião inicial ou um *workshop* com as principais partes interessadas e a indústria.

FORMULAÇÃO

Uma iniciativa formal, liderada por um regulador do setor financeiro ou uma associação setorial ou ambos, está em curso para desenvolver um roteiro nacional, uma estrutura, uma política ou princípios setoriais voluntários sobre finanças sustentáveis.

Os preparativos incluem pesquisas, enquetes, engajamento multisetorial e/ou conscientização para o setor financeiro.

DESENVOLVIMIENTO

Lançamento formal de um primeiro roteiro, estrutura, política, regulamentação ou conjunto de princípios setoriais voluntários sobre finanças sustentáveis.

Um grupo de trabalho formal ou uma unidade dedicada está liderando os esforços de implementação, quer dentro do regulador ou da associação setorial, quer como um grupo de trabalho ou plataforma multisetorial.

Foram realizadas avaliações, conscientização e/ou capacitação.

AVANÇO

Existem ferramentas e iniciativas de implementação, tais como orientações, diretrizes, modelos de relatórios, formação, ferramentas on-line e instruções de supervisão.

A estrutura nacional abrange várias partes do sistema financeiro e inclui componentes e expectativas chave do setor financeiro, em linha com os padrões e melhores práticas internacionais.

As instituições financeiras são obrigadas ou incentivadas a apresentar relatórios sobre a sua implementação.

As instituições financeiras começaram a apresentar relatórios sobre a implementação do roteiro, da estrutura, da política ou dos princípios voluntários, em linha com instruções ou modelos de relatórios consistentes fornecidos pelo regulador do setor financeiro ou pela associação industrial.

CONSOLIDAÇÃO

Um conjunto abrangente de iniciativas e estruturas nacionais sobre finanças sustentáveis está estabelecido, abrangendo todas as partes do sistema financeiro.

As estruturas nacionais estão alinhadas com as boas práticas internacionais em todos os três pilares das finanças sustentáveis, conforme definido pela SBFN.

Estrutura de medição.

São realizadas ações para supervisionar ou monitorar a implementação das estruturas.

Dados consistentes e comparáveis estão sendo coletados pelo regulador como parte da supervisão – ou pela associação setorial, sobre a implementação pelas instituições financeiras.

INTEGRAÇÃO DE MUDANÇAS

Existe um ecossistema estabelecido de iniciativas e estruturas de finanças sustentáveis em todas as partes do sistema financeiro alinhadas e integradas entre si.

As instituições financeiras são obrigadas ou incentivadas a apresentar relatórios públicos sobre a sua implementação de finanças sustentáveis em termos de riscos e oportunidades.

O regulador ou associação setorial tem dados plurianuais sobre a implementação pelas instituições financeiras - incluindo riscos e oportunidades.





COMPROMISSO

O regulador do setor financeiro ou associação setorial anunciou um compromisso formal para desenvolver uma política, regulamentação, diretrizes ou princípios voluntários para o setor financeiro sobre integração ASG.

Foi realizado um primeiro evento ou *workshop* para engajar as partes interessadas relevantes do setor financeiro no tema da integração ASG para o setor financeiro.

FORMULAÇÃO

Está em curso uma iniciativa formal para desenvolver uma política, regulamentação, diretrizes ou princípios voluntários sobre integração ASG no setor financeiro.

Os preparativos incluem pesquisas, enquetes, engajamento multisetorial e/ou conscientização para o setor financeiro.

DESENVOLVIMIENTO

Foi formalmente lançada uma primeira política, regulamentação, diretrizes ou conjunto de princípios voluntários nacionais que estabelece requisitos ou recomendações para instituições financeiras sobre integração ASG.

Um grupo de trabalho formal, força-tarefa ou instituição está encarregado da implementação e/ou supervisão e tem apoio dos reguladores e do setor.

Foram realizadas avaliações, conscientização e/ou capacitação de instituições financeiras sobre as novas expectativas para a integração ASG.

AVANÇO

Existem ferramentas e iniciativas de implementação, tais como orientações, diretrizes, modelos de relatórios, formação, ferramentas on-line e instruções de supervisão.

A estrutura de integração ASG abrange várias partes do sistema financeiro e abrange componentes e expectativas chave do setor financeiro, em linha com os padrões e melhores práticas internacionais.

As instituições financeiras são obrigadas ou incentivadas a apresentar relatórios sobre a sua implementação.

As instituições financeiras começaram a apresentar relatórios sobre a implementação das expectativas de integração ASG, em linha com instruções ou modelos de relatórios consistentes fornecidos pelo regulador do setor financeiro ou pela associação setorial.



CONSOLIDAÇÃO

Um conjunto abrangente de iniciativas e estruturas nacionais sobre integração ASG está estabelecido, abrangendo todas as partes do sistema financeiro.

As estruturas nacionais estão alinhadas com as boas práticas internacionais e abrangem todas as três áreas transversais da integração ASG:

- 1. Estrutura nacional (incluindo alinhamento nacional e internacional e expectativas das IFs),
- 2. Ações regulatórias e de associações setoriais, e
- 3. Dados sobre a implementação do setor financeiro.

São realizadas ações para supervisionar ou monitorar a implementação das estruturas de integração ASG.

Dados consistentes e comparáveis estão sendo coletados pelo regulador como parte da supervisão – ou pela associação setorial, sobre a implementação das expectativas de integração ASG pelas instituições financeiras.

INTEGRAÇÃO DE MUDANÇAS

Existe um ecossistema estabelecido de iniciativas e estruturas de integração ASG que são consistentes em todas as partes do sistema financeiro alinhadas e integradas entre si. As instituições financeiras são obrigadas ou incentivadas a relatar sobre a implementação da integração ASG, e as informações coletadas são divulgadas publicamente.

O regulador ou associação setorial tem dados plurianuais sobre a implementação da integração ASG pelas instituições financeiras.





COMPROMISSO

O regulador do setor financeiro ou associação setorial anunciou um compromisso formal para desenvolver uma política, regulamentação, diretrizes ou princípios voluntários para o setor financeiro sobre gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza. Foi realizado um primeiro evento ou workshop para engajar as partes interessadas relevantes do setor financeiro no tema da gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza para o setor financeiro.

FORMULAÇÃO

Está em curso uma iniciativa formal para desenvolver uma política, regulamentação, diretrizes ou princípios voluntários sobre gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza no setor financeiro.

Os preparativos incluem pesquisas, enquetes, engajamento multisetorial e/ou conscientização para o setor financeiro.

DESENVOLVIMIENTO

Foi formalmente lançada uma primeira política, regulamentação, diretrizes ou conjunto de princípios voluntários nacionais que estabelece requisitos ou recomendações para instituições financeiras sobre gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza.

Um grupo de trabalho formal, força-tarefa ou instituição está encarregado da implementação e/ou supervisão e tem apoio dos reguladores e do setor.

Foram realizadas avaliações, conscientização e/ou capacitação de instituições financeiras sobre as novas expectativas para a gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza.

AVANÇO

Existem ferramentas e iniciativas de implementação, tais como orientações, diretrizes, modelos de relatórios, formação, ferramentas on-line e instruções de supervisão para ajudar o setor financeiro a gerenciar riscos físicos e de transição relacionados com o clima e/ou riscos relacionados com a natureza.

A estrutura nacional sobre gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza abrange várias partes do sistema financeiro e abrange componentes e expectativas chave do setor financeiro, em linha com os padrões e melhores práticas internacionais. As instituições financeiras são obrigadas ou incentivadas a apresentar relatórios sobre a sua implementação. As instituições financeiras começaram a apresentar relatórios sobre a implementação das expectativas de gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza, em linha com instruções ou modelos de relatórios consistentes fornecidos pelo regulador do setor financeiro ou pela associação setorial.



CONSOLIDAÇÃO

Um conjunto abrangente de iniciativas e estruturas nacionais sobre gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza está estabelecido, abrangendo todas as partes do sistema financeiro. As estruturas nacionais estão alinhadas com as boas práticas internacionais e abrangem todas as três áreas transversais da gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza:

- 1. Estrutura nacional (incluindo alinhamento nacional e internacional e expectativas das IFs),
- 2. Ações regulatórias e de associações setoriais, e
- 3. Dados sobre a implementação do setor financeiro.

São realizadas ações para supervisionar ou monitorar a implementação das estruturas de gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza.

Dados consistentes e comparáveis estão sendo coletados pelo regulador como parte da supervisão – ou pela associação setorial, sobre a implementação das expectativas de gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza pelas instituições financeiras.

INTEGRAÇÃO DE MUDANÇAS

As estruturas nacionais para a gestão dos riscos relacionados com o clima e/ou a natureza estão alinhadas com as expectativas de boas práticas internacionais e são consistentes em diferentes partes do setor financeiro alinhadas e integradas entre si.

As instituições financeiras são obrigadas ou incentivadas a apresentar relatórios sobre a implementação da gestão dos riscos relacionados com o clima e/ou a natureza, e as informações coletadas são divulgadas publicamente.

O regulador ou associação setorial possui dados plurianuais sobre a implementação pelas instituições financeiras da gestão de riscos relacionados ao clima e à natureza.



MARCOS DA MATRIZ DE PROGRESSÃO - PILAR 3: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA



COMPROMISSO

O regulador do setor financeiro ou associação setorial anunciou um compromisso formal para desenvolver uma política, regulamentação, diretrizes ou princípios voluntários para promover fluxos financeiros para ativos, projetos e setores verdes, sociais e/ou focados na sustentabilidade. A conscientização inicial e o compartilhamento de conhecimentos estão sendo organizadas pelo regulador ou associação setorial.

FORMULAÇÃO

Está em curso uma iniciativa formal para desenvolver uma política, regulamentação, diretrizes ou princípios voluntários para promover fluxos financeiros para ativos, projetos e setores verdes, sociais e/ou focados na sustentabilidade. Os preparativos incluem pesquisas, enquetes, engajamento multisetorial e/ou conscientização para o setor financeiro.

DESENVOLVIMIENTO

Foi formalmente lançada uma primeira política, regulamentação, diretrizes ou conjunto de princípios voluntários nacionais que estabelece requisitos ou recomendações para instituições financeiras para promover fluxos financeiros para ativos, projetos e setores verdes, sociais e/ou focados na sustentabilidade.

Um grupo de trabalho formal, força-tarefa ou instituição está encarregado da implementação e/ou supervisão e tem apoio dos reguladores e do setor.

Foram realizadas avaliações, conscientização e/ou capacitação de instituições financeiras sobre as novas expectativas para a sustentabilidade financeira

AVANÇO

Existem ferramentas e iniciativas de implementação, tais como orientações, diretrizes, modelos de relatórios, formação, ferramentas on-line e instruções de supervisão para ajudar o setor financeiro a promover fluxos financeiros para ativos, projetos e setores verdes, sociais e/ou focados na sustentabilidade.

A estrutura sobre financiamento verde, social e/ou focado na sustentabilidade abrange várias partes do sistema financeiro e inclui componentes e expectativas chave do setor financeiro, em linha com os padrões e melhores práticas internacionais. As instituições financeiras são obrigadas ou incentivadas a apresentar relatórios sobre a sua implementação.

As instituições financeiras começaram a apresentar relatórios sobre a implementação das estruturas sobre financiamento verde, social e/ou focado na sustentabilidade, em linha com instruções ou modelos de relatórios consistentes fornecidos pelo regulador do setor financeiro ou pela associação setorial.

CONSOLIDAÇÃO

Um conjunto abrangente de iniciativas e estruturas nacionais está estabelecido, abrangendo todas as partes do sistema financeiro para promover fluxos financeiros para ativos, projetos e setores verdes, sociais e/ou focados na sustentabilidade.

As estruturas nacionais estão alinhadas com as boas práticas internacionais e abrangem todas as três áreas transversais da sustentabilidade financeira:

- **01.** Estrutura nacional (incluindo alinhamento nacional e internacional e expectativas das IFs),
- 02. Ações regulatórias e de associações setoriais, e
- 03. Implementação do setor financeiro.

São realizadas ações para supervisionar ou monitorar a implementação das estruturas de financiamento verde, social e/ou focado na sustentabilidade.

Dados consistentes e comparáveis estão sendo coletados pelo regulador como parte da supervisão, ou pela associação setorial, sobre a implementação pelas instituições financeiras.

INTEGRAÇÃO DE MUDANÇAS

As estruturas nacionais para a gestão dos riscos relacionados com o clima e/ou a natureza estão alinhadas com as expectativas de boas práticas internacionais e são consistentes em diferentes partes do setor financeiro alinhadas e integradas entre si.

As instituições financeiras são obrigadas ou incentivadas a relatar sobre a implementação de estruturas sobre financiamento de setores verdes, sociais e/ou focados na sustentabilidade, e as informações coletadas são divulgadas publicamente.

O regulador ou associação setorial tem dados plurianuais sobre a implementação pelas instituições financeiras de financiamento verde, social e/ou focado na sustentabilidade.



Agradecimentos e Colaboradores

O Secretariado da SBFN agradece a todos os membros que participaram da Pesquisa de Coleta de Dados dos Membros da SBFN de 2023 e do processo de verificação de dados e revisaram e forneceram comentários à Estrutura de Medição e ao Relatório de Progresso Global.

A orientação geral para a atualização da Estrutura de Medição da SBFN e o desenvolvimento do Relatório de Progresso Global de 2024 da SBFN e do novo Portal de Dados foi fornecida por Yasser Mounsif (Autoridade Marroquina do Mercado de Capitais) e Laura María Santa Zuluaga (Superintendência Financeira da Colômbia) como copresidentes do Grupo de Trabalho de Medição da SBFN.

A preparação do Relatório de Progresso Global foi liderada pela equipe do Secretariado Global da SBFN, incluindo Rong Zhang (Coordenador Global da SBFN), Vincent Darcy, Nomindari Enkhtur, Louise Gardiner, Ling Mei, Jana Mudronova, Nuru Mugambi, Sothea Nguon, Eleni Petri, Inna Remizova e Yi Yang, sob a orientação geral de Tania Kaddeche (Diretora ASG da IFC) e Martine Valcin (Gerente ASG da IFC). A equipe é grata pela valiosa contribuição de Rashanikka Hayley-Fowler.

Agradecimentos especiais a Alfonso Garcia Mora (Vice-Presidente da IFC para a América Latina & Caribe e Europa) por sua liderança estratégica como Presidente do Secretariado da SBFN, e Emmanuel Nyirinkindi (Vice-Presidente da IFC para Soluções Transversais) como Vice-Presidente anfitrião do Secretariado Global da SBFN. Os seguintes Coordenadores Regionais e Nacionais da SBFN forneceram contribuições críticas e coordenação para a Estrutura de Medição, o processo de coleta de dados e o Relatório de Progresso Global: Adalyat Abdumanapova, Ragia Afifi, Amira El Saeed Agag, Mouhanad Atta, Batmunkh Batbold, Jorge Echeandia, Anjali Garg, Yuliya Holodkova, Vladimir Hrle, Boris Janjalia, Aibek Kadyraliev, Isabel Mantilla, Nivanne Mortagy, Huong Thien Nguyen, Sekar Askarini Noersyachbana, Mujgan Oladi, Marcela Ponce, Francisco Javier Prada, Rahajeng Pratiwi, Afifa Raihana, Roshika Singh, Damilola Sobo e Wei Yuan.

A Estrutura de Medição e o Relatório de Progresso Global se beneficiaram da revisão e dos comentários dos seguintes colegas do Banco Mundial e da IFC: Francisco Avendano, Felipe Albertani, Sabin Basnyat, William Beloe, Sarah Cuttaree, Emma Dalhuijsen, Ortenca Destani, Jamie Fergusson, Ralitza Germanova, Aaron Levine, Irina Likhachova, Piotr Mazurkiewicz, Ilona Morar, Quyen Thuc Nguyen, Veronica Nyhan Jones, Martijn Regelink, Fiona Stewart e Elizabeth White.

A divulgação e as comunicações foram gerenciadas por Linda Herda e Gonzalo Lanfranco. A edição foi fornecida por Matthew Benjamin e o *design* pela Civitta/Mediapark.

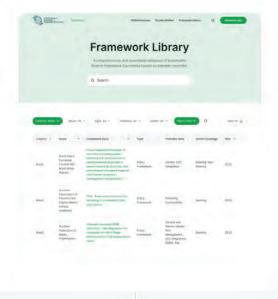
A SBFN conta com o apoio do Facility for Investment Climate Advisory Services (FIAS). O FIAS apoia projetos do Grupo Banco Mundial que promovem mercados abertos, produtivos e competitivos e facilitam investimentos privados sustentáveis em setores que contribuem para o crescimento e a redução da pobreza. Apoiado por cerca de 20 países parceiros de desenvolvimento e instituições doadoras, cofinanciado pelo Grupo Banco Mundial e administrado e implementado pela IFC, o FIAS é um dos maiores e mais antigos fundos fiduciários de múltiplos doadores do Grupo Banco Mundial.

ACESSE O PORTAL DE DADOS DA SBFN EM:

DADOS.SBFNETWORK.ORG 7



Biblioteca de estruturas de financiamento sustentável publicadas em países da SBFN.



Perfis de países apresentando iniciativas de financiamento sustentável nos países membros da SBFN.

Country Profiles

Delanda por por el financial former response a 1981 (

Massacher Francisco E. Declanda (2) (

Storrymore SEM Regional Control & Countrol & Countro

Sistema integrado de coleta de dados para membros da SBFN reportarem o progresso.



ACESSE O PORTAL DE DADOS DA SBFN EM:

DATA.SBFNETWORK.ORG 7

A base de dados mais abrangente de iniciativas de finanças sustentáveis em mercados emergentes e economias em desenvolvimento





